

Teresa Maria Frota Haguette

METODOLOGIAS QUALITATIVAS NA SOCIOLOGIA



Petrópolis
1987

XI

Pesquisa-ação e pesquisa participante

Os termos *pesquisa-ação* e *pesquisa participante* têm a mesma origem, a psicologia social de Kurt Lewin, e alguns pontos comuns como a crítica à metodologia da pesquisa tradicional das ciências sociais, especialmente no que se refere à sua falta de neutralidade e objetividade; a recusa de aceitação do postulado de distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa, o que remete à necessidade não só da inserção do pesquisador no meio, como de uma participação efetiva da população pesquisada no processo de geração de conhecimento, concebido fundamentalmente como um processo de educação coletiva; finalmente, o princípio ético de que a ciência não pode ser apropriada por grupos dominantes conforme tem ocorrido historicamente, mas deve ser socializada, não só em termos do seu próprio processo de produção como de seus usos, o que implica na necessidade de uma ação por parte daqueles envolvidos na investigação (pesquisador e pesquisado) no intuito de minimizar as desigualdades sociais nos seus mais variados matizes (desigualdades de poder, de saber etc.). Não obstante, estes elementos unificadores, as situações concretas e as diferentes estruturas e conjunturas que caracterizam e diferenciam os países avançados economicamente e aqueles subdesenvolvidos e dependentes, levaram ao surgimento de alternativas diversas na aplicação deste tipo de proposta. Assim é que na Europa, especialmente na França, a pesquisa-ação se direcionou para as instituições sociais, concebidas como portadoras de uma "violência simbólica", e para movimentos sociais de libertação (eco-

lógicos, estudantes, de minorias) enquanto que na América Latina, onde as desigualdades materiais são mais ostensivas e a participação da maioria da população no "poder do saber" representa um privilégio de poucos, esta alternativa de investigação dirigiu-se para os oprimidos ou dominados, aqueles que estão situados na base da estrutura social (camponeses, operários, índios). Libertando-se teoricamente da corrente psicossociológica, este tipo de proposta ancorou-se em princípios humanistas — religiosos e marxistas — adquirindo dinamismo próprio, especialmente através da vertente educativa de Paulo Freire, compartilhada e orientada por sociólogos colombianos e venezuelanos, para uma ação político-partidária, cujo papel do intelectual orgânico é enfatizado (Gajardo, 1985:37-38).

O estilo participativo de pesquisa e de planejamento, entretanto, não representava o monopólio desta corrente libertadora, já que era amplamente praticado, na América Latina, por governos autoritários que, ao incorporar as populações no processo de investigação, visaram também o seu controle através de ações paliativas e assistencialistas e, conseqüentemente, a manutenção e permanência do *status quo*, ou seja, das estruturas básicas de dominação. Assim sendo, os termos pesquisa participativa e planejamento participativo deveriam ser distinguidos da nova proposta, através de maior rigor na definição, caracterização e explicitação de suas etapas de realização. Ao longo das décadas de sessenta e setenta, a América Latina vivenciou o desenvolvimento das mais variadas práticas de pesquisa libertadora, surgindo a década de oitenta como o período da pesquisa participante, conceitual e metodologicamente definida. É aí que a pesquisa participante assume a primazia sobre termos correlatos e nem sempre precisos.⁸⁴

É nosso propósito discutir alguns exemplos destas experiências, preferindo reservar o termo pesquisa-ação para as práticas de origem européia, e pesquisa participante para aquelas que tiveram a América Latina como *locus* de investigação.⁸⁵ Cientistas sociais latino-americanos adotaram uma postura crítica com relação às metodologias tradicionais como conseqüência do descrédito que a "ciência" tem pro-

84. Observa-se na literatura especializada referência e uso de termos tais como: investigação alternativa, investigação participativa, auto-senso, pesquisa popular, pesquisa dos trabalhadores, pesquisa confronto, investigação militante, pesquisa-ativa, estudo-ação, pesquisa-ação, intervenção sociológica, enquête-participação.

85. Thiollent distingue a pesquisa-ação da pesquisa-participante: "A PA é uma forma de PP, mas nem todas as PP são PA (...). Os partidários da PP não concentram suas preocupações em torno da relação entre investigação e ação dentro da situação considerada. É justamente esse tipo de relação que é especificamente destacado em várias concepções da PA. A PA não é apenas PP, é um tipo de pesquisa centrada na ação" (1985:83). Divergimos da distinção proposta pelo autor por termos constatado que muitas das experiências de PP introduzem o componente "ação".

vocado por ter-se mostrado incapaz de resolver os problemas de pobreza, de subdesenvolvimento, da falta de democracia, enfim, o problema das desigualdades sociais. No sentido de apontar as diversidades de enfoques dentro destas perspectivas, incluímos em nossa análise algumas práticas de pesquisa-ação (PA), representadas pelos trabalhos de Michel Thiollent: *Enquête opéraria*, de Alain Touraine: *Intervenção sociológica* e de René Barbier: *Pesquisa-ação institucional*. Da vertente latino-americana, a pesquisa-participante (PP), tentaremos elaborar uma síntese das diferentes propostas. Antes, porém, de discutir os trabalhos individuais, faremos uma caracterização da PA e, posteriormente, da PP.

1 — A pesquisa-ação⁸⁶

O termo pesquisa-ação se originou na psicologia social, tendo sido cunhado por Kurt Lewin na década de quarenta, nos Estados Unidos. Juntamente com a pesquisa-ação e, talvez, em decorrência dela, este autor criou também a dinâmica de grupo⁸⁷, técnica de suporte da primeira (Barbier, 1985:37). Ele, assim, se refere à "Action Research":

*"Quando falamos de pesquisa, estamos pensando em pesquisa-ação, isto é, uma ação em nível realista, sempre acompanhada de uma reflexão autocrítica objetiva e de uma avaliação dos resultados. Como o objetivo é aprender depressa, não devemos ter medo de enfrentar as próprias insuficiências. Não queremos ação sem pesquisa, nem pesquisa sem ação."*⁸⁸

Como diz Barbier (1985:38):

"a pesquisa-ação de Lewin pode ser definida como uma pesquisa psicológica de campo, que tem como objetivo uma mudança de ordem psicossocial".

Posteriormente, com o desenvolvimento que sofreu, especialmente nos países anglo-saxônicos, ela passou a ser concebida como tendo

86. Para a caracterização geral da pesquisa-ação baseamos-nos fundamentalmente em Barbier (1985), tradução do original francês publicado em 1977.

87. Ver Lewin, K. *Resolving Social Conflicts* (1948). Tradução brasileira, *A Dinâmica de Grupo*, S. Paulo, Cultrix, 1974.

88. Citado por A. J. Marrow. Kurt Lewin. Paris, ESP, 1972. In Barbier, 1985:38.

"por finalidade contribuir simultaneamente para o alívio das preocupações de ordem prática das pessoas que estão em situação problemática, e para o desenvolvimento das ciências sociais através de colaboração que as reúne de acordo com um esquema ético mutuamente aceitável".⁸⁹

Os trabalhos de Lewin e seus discípulos se orientaram para a solução de problemas sociais que a sociedade americana experimentou durante e depois da Segunda Guerra Mundial envolvendo desde o problema judeu, como problemas práticos de fábricas e indústrias vinculados à "decisão de grupo", à "auto-organização" etc. A partir desses estudos, pôde-se distinguir quatro tipos de pesquisa-ação:

"A pesquisa-ação de diagnóstico que procura elaborar planos de ação solicitados. A equipe de pesquisadores entra numa situação existente (revolta racial, ato de vandalismo), estabelece o diagnóstico e recomenda medidas para sanar o problema.

— A pesquisa-ação participante que, desde o início, envolve no processo de pesquisa os membros da comunidade ameaçada, como foi feito, por exemplo, no projeto de pesquisa sobre o auto-exame das atitudes discriminatórias de uma comunidade (estudo de Horthtown, perto de Nova York, 40.000 habitantes, 1948).

— A pesquisa-ação empírica que consiste em acumular dados de experiências de trabalho diário em grupos sociais semelhantes (ex-clubes de rapazes). Esse tipo de pesquisa-ação pode levar de maneira gradual ao desenvolvimento de princípios mais gerais, como foi demonstrado pela medicina clínica.

— A pesquisa-ação experimental que exige um estudo controlado da eficiência relativa de técnicas diferentes em situações sociais praticamente idênticas. É a que possui maior potencial para fazer progredir os conhecimentos científicos dentro da perspectiva da cientificidade tradicional" (Barbier, 1985:39).

É, pois, com Kurt Lewin que o conceito de intervenção⁹⁰ na vida social, com o objetivo de transformá-la, toma corpo e a meto-

dologia própria começa a se firmar e aperfeiçoar. Entretanto, o tipo de intervenção proposta pela escola de Lewin não pretende a transformação das estruturas da sociedade de classes como, depois, outras correntes intervencionistas mais ligadas à sociologia social americana. É este o divisor de águas entre a psicologia social americana e as ciências humanas aplicadas européias que, apesar de subsidiárias daquela, fazem uma nova proposta de ciência libertadora.

Vale aqui lembrar a discussão de C.W. Mills sobre a distinção entre a sociologia pura e a sociologia aplicada, distinção necessária para a compreensão da importância desta última como ciência que se ocupa dos problemas sociais que se impõem ao sociólogo e dão sentido à sua atividade na busca de soluções. Parece-nos que é dentro desta tradição que podemos enquadrar a pesquisa-ação na sociologia, embora ela tenha sofrido desdobramentos a partir da sua origem e influenciado outras áreas das ciências humanas como educação, economia, antropologia e a própria filosofia.

Avançando um pouco mais no sentido da vinculação entre teoria e empiria, Barbier (1985) propõe a utilização da noção de "clínica" em ciências humanas, definindo o método clínico como englobando "todo procedimento de observação direta e minuciosa, usado em entrevista ou em situações experimentais definidas (situações de teste)" (p. 45). Neste sentido geral ele se aplica às situações de terapia, de profilaxia, de aconselhamento ou similares. Nas ciências humanas, "o método clínico serve-se da abordagem qualitativa, monográfica, e é aplicado de preferência no próprio terreno de investigação. A intenção é de explorar o comportamento e as representações de um sujeito ou de um grupo de sujeitos diante de uma situação concreta, para *compreender-lhes o sentido* (grifos nossos) colocando-se alternadamente na perspectiva de observador e na de sujeitos-atores e de sua vivência" (p. 46). Foi dentro desta perspectiva que certas correntes da pesquisa-ação se direcionaram para os estudos do fenômeno organizacional, ou seja, para a análise das instituições sociais, como expressão da própria sociedade⁹¹, embora algumas tenham se voltado para os fatores psíquicos e emocionais, outras para a abordagem sociopolítica. Assim:

91. O autor lamenta a "morte da instituição" na sociologia contemporânea e se rejubila com o resurgimento do conceito proposto por C. Castoriadis (Cf. *A Instituição Imaginária da Sociedade*, Rio, Paz e Terra, 1982, tradução do original francês publicado em 1975) propiciado pelos movimentos estudantis de 1968 o que reforçou a tese de que a gênese social do conceito prende sua gênese teórica. Há que lembrar também a importância alçada por Durkheim à instituição como objeto da sociologia.

89. R.N. Report. Les Trois Dilemmes de la Recherche-Action. *Connexions*. EPI/ARIP, 7, 1973, citado por Barbier, 1985:38.

90. A idéia de intervenção, se opõe frontalmente à perspectiva do método não-diretivo proposto por Carl Rogers, psiquiatra americano de inspiração psicanalítica, cuja influência na sociologia européia se faz sentir especialmente na discussão epistemológica sobre a entrevista como instrumento de coleta de dados. Rogers é contemporâneo de Kurt Lewin e teve uma grande influência teórica no Brasil, sobretudo nos campos da psicologia e psicanálise, educação e religião.

"É a consideração das estruturas de organização social — escreve J. Ardoino — e a análise das linhas de força do campo institucional que vão mostrar as novas formas, cada vez mais epifenômenos, das relações humanas e do jogo intersubjetivo: aqui a psicossociologia não está de acordo com a orientação inicial da psicologia social (...) Se invertida a polarização, convirá falar de uma sociopsicologia das organizações e das instituições" (Barbier, 1985:165).

Por outro lado, parece evidente que todas estas correntes, independente da área, guardaram intactos os princípios da dinâmica de grupo, técnica por excelência da pesquisa-ação, em todas as suas dimensões, que exige do pesquisador um alto nível de qualificação no seu papel de "analisador", "moderador", "intérprete", "animador", na ausência dos procedimentos intervencionistas que podem levar ao fracasso do projeto que, não importando a temática, deverá sempre levar ao desvelamento dos mecanismos de exploração, à consciência libertadora e à luta pela transformação. Muitas das propostas da pesquisa-ação desenvolvidas no Brasil são motivadas pelo desejo de mudança e aparentemente não levam na devida consideração o papel do pesquisador, em termos não só de suas habilidades⁹² como de sua qualificação específica para o tipo de intervenção que se propõe a fazer. Além de possuir um profundo conhecimento do método científico tradicional, de suas vantagens e limitações, ele deve dominar as técnicas de dinâmica de grupo e as teorias subjetivas que a informam. A propósito da "implicação" do pesquisador junto ao objeto pesquisado, Barbier (1985) distingue três níveis: o nível *psicoafetivo*, já que "na pesquisa-ação o objeto de investigação sempre questiona os fundamentos da personalidade profunda"; o nível *histórico existencial*, que remete ao questionamento da existência do pesquisador, quanto a seus fundamentos, sua orientação, suas opções afetivas e racionais fundamentais, e, finalmente, o nível *estrutural-profissional* que se refere ao trabalho do pesquisador e seu enraizamento socioeconômico.⁹³

Como decorrência, a implicação no campo das ciências humanas é definida como "o engajamento pessoal e coletivo do pesqui-

92. Estamos convencidos de que o bom pesquisador possui habilidades inatas que não são supridas através de treinamento; quando muito, ele chegará a ser um bom técnico. A pesquisa-ação, pois, exige muito mais do pesquisador que a pesquisa convencional pelo fato de, por definição, requerer um nível de interação maior entre pesquisadores e pesquisados, baseada em uma dinâmica dirigida por ele e que pode levar a riscos de desestruturação dos grupos quando mal-executada. Por outro lado, pode levar também a interpretações errôneas sobre a situação do grupo e sobre o real.

93. Cf. o capítulo 7, segunda parte, sobre O conceito de "implicação" na pesquisa-ação em ciências humanas (p. 105-128).

sador em e por sua práxis científica, em função de sua história familiar e libidinal de suas posições passadas e atual nas relações de produção e de classe, e de seu projeto sociopolítico em ato, de tal modo que o investimento que resulta inevitavelmente de tudo isso seja parte integrante e dinâmica de toda atividade de conhecimento" (p. 120). Assim sendo, o pesquisador, na pesquisa-ação, precisa estar consciente não só de sua implicação no campo de intervenção, como da dificuldade de analisar a prática dos grupos sociais com o "máximo de objetividade e de rigor indispensáveis a qualquer ciência" (Barbier, 1985:165). Contra a habitual objeção de que objetividade e intervenção representam elementos contraditórios, o autor argumenta que o risco da implicação não é privilégio da pesquisa-ação, insistindo sempre que se trata de examinar os homens em interação; logo, onde houver ciência humana, haverá necessariamente a interferência do pesquisador com sua "multidimensionalidade simbólica e imaginária".

Se, como pensava Bachelard (citado por Barbier), o risco existe em qualquer método científico, é preciso assumir este risco na empreitada coletiva que é a pesquisa-ação em ciências humanas, onde o "Trágico epistemológico" está nisso: à *exigência de clareza racional se opõe a exigência inevitável da totalidade em atos*. Com o reconhecimento da totalização, a cientificidade muda de maneira radical, mergulhando na hipercomplexidade da natureza e da cultura. As regiões parceladas do saber se ressecam como palha ao sol: o homem voltando a ser natural compreende que a natureza é cultural e que a cultura não pode estar separada da natureza" (p. 167).

Para ele, é preciso que haja "homens-conectores" que possam representar a totalidade representada pelo real e pelas diferentes regiões do saber como entre o pensamento e o real, cujo único denominador comum é a práxis social e histórica. Fora da práxis, não há conhecimento possível. Assim sendo, a pesquisa-ação, por ser uma práxis, esclarece e alimenta o processo de conhecimento. É dentro desta perspectiva que Barbier propõe a *pesquisa-ação institucional*, que analisaremos detalhadamente mais adiante e que tem como referencial teórico certos postulados do marxismo e do existencialismo sartreano.

A pesquisa-ação, como método de abordagem do real, tem sido informada pelos mais variados matizes teóricos. Sua principal característica, a intervenção, se presta tanto a ações integradoras que levam à auto-regulação do objeto de estudo (grupo, instituição,

movimento social, indivíduo), e a mudanças não radicais, como a contestação das estruturas, e à luta por transformações revolucionárias. Entretanto, no campo das ciências sociais, especialmente na América Latina, é a sociologia crítica engajada que mais tem questionado o método científico convencional em nome do ideal da libertação dos povos e da igualdade social que a objetividade e neutralidade — fundamentos históricos daquele método — não têm conseguido atingir.

É também dentro desta tradição que se coloca o método de conscientização de Paulo Freire, no Brasil (1970), a pesquisa participante de Orlando Fals Borda (1983)⁹⁴, na Colômbia, e de Oliveira e Oliveira (1983) na África. Vale destacar os esforços dispendidos por estes educadores que, como Paulo Freire, estão convencidos na necessidade de transformação social nos países subdesenvolvidos e consideram a educação como uma das instituições mediadoras que mais se adequam a esta tarefa, dado seu papel de transmissora de conhecimento, formadora do pensar e socializadora de jovens e adultos. Aqui o componente didático-pedagógico da educação arrefece os pruridos epistemológicos relativos à interferência do educador-pesquisador junto ao pólo pesquisado, justificando-a como função inerente ao próprio processo educativo. A função transmissora, entretanto, é reformulada no sentido da ação-reação levando à dinâmica do conhecimento, diferentemente da concepção conservadora (Durkheim) que menospreza o "retorno" dos jovens em termos da contribuição à inovação e à mudança social. Como interferência premeditada, a ação educativa deverá levar à transformação libertadora, dentro de um processo endógeno que se alarga, atingindo as estruturas sociais emperradas pelo capitalismo depredador das sociedades dependentes subdesenvolvidas.

Já a sociologia engajada, referida anteriormente, obedece aos princípios teóricos marxistas, embora quase sempre crítica das posições ortodoxas e dogmáticas. Exemplo desta postura é a proposta de Thiollent (1980).

94. Fals Borda (citado por Barbieri: 1985:97) propõe algumas técnicas para trabalhos de pesquisa de campo:

1. A observação-participação, de respeitável tradição, requer do pesquisador uma atitude "de simpatia", sensível à personalidade das pessoas.
2. A observação-intervenção, que implica a experimentação com os elementos culturais no âmbito de uma situação, a fim de observar os efeitos das mudanças produzidas e induzidas dentro de certos limites.
3. A observação-inserção, técnica apropriada para períodos de crise, que supõe a utilização das duas técnicas anteriores e "a necessidade de ir mais além" para se obter uma visão interna completa das situações e dos processos estudados, uma visão da ação presente e futura. Isso exige que o pesquisador em ciências sociais se envolva como agente, dentro do processo que está estudando, o que supõe que ele tomou posição a favor de determinadas alternativas. Aprende não somente pela observação que realiza, mas também pelo trabalho que executa junto com os sujeitos com os quais se identifica.

1.1 — A *enquête opérária*

Ao invés de expor a argumentação de Thiollent a favor da *enquête opérária* como forma de pesquisa-ação, iniciando pela crítica aos métodos (positivista-empiricista) e técnicas (questionário e entrevista direta) da pesquisa convencional para, no final, apresentar suas características, como faz o autor em seu livro, optamos pela seqüência inversa. Iniciaremos, mostrando o que é a *enquête opérária*:

1. a *enquête opérária* seria uma "proposta particular de pesquisa-ação adaptada aos objetivos de autodescrição da condição *opérária* e capacidades de atuação" (p. 132). Ela se desenvolve em duas etapas: uma fase de investigação e uma fase ou campanha de sensibilização, bem mais ampla que a anterior;
2. "... o pólo investigado seria capaz de controlar a obtenção dos dados" através de sua co-participação no próprio processo de pesquisa;
3. a interpretação, feita pelo próprio investigador, seria apresentada e discutida;
4. a utilização dos resultados seria coletivizada.

O que isto significa no desenvolvimento concreto de uma situação de pesquisa? Em primeiro lugar, o pesquisador, ou grupo de pesquisadores, deverá eleger uma problemática de investigação atendendo para o fato de que sua posição de classe e sua ideologia podem interferir, seja ao nível da própria escolha da problemática, seja ao nível da elaboração das questões do instrumento de coleta. A cautela deve estar presente através da "reflexividade" e do "relativismo cultural" a fim de que seja evitada a "imposição de problemática", numa perspectiva de *questionamento*, mais que de *observação unilateral*. Obviamente, em se tratando de uma *enquête opérária*, como o próprio título sugere, a problemática deve estar relacionada com a *condição opérária*.

As questões devem ser elaboradas mais dentro de uma perspectiva de questionamento do que de obtenção de resposta. Na verdade elas se destinam à produção de um efeito de conhecimento dentro da atividade mental dos respondentes e de uma avaliação crítica sobre sua condição. O questionário deve obedecer a certos fins didáticos, ou seja, deve levar os respondentes a produzirem suas próprias explicações. Embora se reconheça que isto implica, não só em

certa "imposição de problemática" como em indução nas respostas⁹⁵, elas se justificam, pois quebram a passividade e impedem as respostas fáceis, de conteúdo vazio ou sem compromisso.

A enquête operária pode ser planejada com amostras, mas os critérios de representatividade estatística não são determinantes (p. 113). Talvez o mais importante sejam os critérios qualitativos, ou seja, de representatividade política.

A equipe de intelectuais (pesquisadores) desempenha o papel de vanguarda das massas e, como tal, cabe-lhe a direção política e atividade ideológica de conscientização, uma vez que "a enquête operária é um *instrumento* de conhecimento da realidade concreta e um *meio* de ação de base que consiste em estabelecer contato com os trabalhadores" (grifos nossos) (p. 124). Logo, a prática da enquête operária não pode se tornar um fim em si, não exclui a necessidade de um trabalho teórico nem substitui uma efetiva prática política.

A importância da definição política dos objetivos da enquête operária não elimina as *exigências metodológicas da investigação*. Assim sendo, dois pontos são de fundamental importância: a) a conjuntura e a capacidade de definição política e ideológica do grupo; b) as exigências técnico-científicas da investigação. "Para que ambas sejam dominadas, o grupo deve possuir uma grande *homogeneidade política*, reunir pessoas de grande *competência metodológica* e definir de modo realista os caminhos de acesso aos lugares onde a entrevista dos trabalhadores seja possível" (grifos nossos) (p. 126).

Do exposto, torna-se claro que:

A enquête operária é um *tipo de investigação*, associada a uma *ação política*.

Enquanto tipo de investigação, a enquête operária exhibe certas especificidades que, a nosso ver, aceita alguns dos cânones do método científico tradicional, modifica uns, rejeita e acrescenta outros.

Ela aceita, por exemplo, que todo problema empírico é, antes de tudo, um problema teórico. Para conhecer o real é preciso que

95. "Para alcançar o objetivo de captar informação ou verbalizações situadas na fronteira da ideologia dominante, o dispositivo de questionamento deve levar aos respondentes uma *informação dirigida* (grifos nossos), que produza diversos efeitos de desbloqueio ou de deslocamento de perspectiva" (p. 109). "O problema não parece ser o de eliminar todo tipo de influência, impossível em última análise. Trata-se de dirigir e controlar a influência em função de certos objetivos de investigação" (p. 112).

o pesquisador ou grupo de pesquisadores articulem a teoria com a empiria; acredita na necessidade de um rigor metodológico no processo de captação dos dados⁹⁶; este rigor deve ser buscado não só na crítica aos métodos e técnicas de produção de conhecimento no sentido de identificar seus desvios, mas no constante controle para minimizá-los, dentro da perspectiva da "vigilância epistemológica" de Bachelard; acredita que os dados não possuem evidência intrínseca, mas que devem ser interpretados à luz de uma teoria; crê na função coletiva da ciência, no seu valor para a humanidade e não somente para alguns e na socialização de seus frutos.⁹⁷

O autor parece não estabelecer distinção entre o que seja a falsa neutralidade da ciência, a nossa ver relacionada com a *discreditação de seus usos* e a falsa neutralidade dos métodos e técnicas utilizadas na *produção da ciência*. A constatação do primeiro aspecto não leva, como consequência, ao segundo. Em outras palavras, considerando que os instrumentos de produção de conhecimento não são neutros — levam a distorções —, logicamente se deveria contestar a própria ciência enquanto "explicadora" de fenômenos. Se seus métodos são falhos, sua explicação também seria necessariamente falha. Por outro lado, pode-se aceitar a não-neutralidade da ciência em termos de seus usos e, ao mesmo tempo, buscar a neutralidade dos métodos e técnicas de investigação.

Porque acredita na não-neutralidade dos instrumentos de captação do real, embora, ao mesmo tempo, insista na necessidade de um maior controle dos desvios, o autor parece decidir-se pela aceitação da inevitabilidade de alguns propondo, entretanto, uma modificação na direção do "favorecimento" deles para as classes menos favorecidas. O raciocínio parece organizado da seguinte forma: A pesquisa convencional não é neutra, ela sempre favorece aqueles no poder. Ela não é neutra, também, porque seus métodos e técnicas são falhos. Já que os desvios são inerentes à pesquisa convencional, não importa que os mesmos, ou outros desvios, sejam incorporados à busca de conhecimento, contanto que o pólo favorecido seja, agora, os desfavorecidos — os operários.

96. "A radicalidade, a relevância sociopolítica de uma pesquisa não é determinada pelo simples fato de se relacionar à classe operária, ao proletariado rural, ao movimento sindical ou a qualquer outro movimento social. As condições de obtenção dos dados e os processos em que os dados são submetidos — numa palavra, o dispositivo metodológico — constituem o elemento determinante do que se pode pretender alcançar" (p. 131). "Quando submetida às exigências do rigor observacional, a pesquisa sociológica pode contribuir para afastar o subjetivismo e o 'relativismo' que, muitas vezes, existem entre militantes, acerca da classe operária e de sua 'missão histórica'" (p. 117).

97. Vale, aqui, a distinção entre a concepção de ciência como ideal buscado e a prática científica histórica. Se a segunda nunca conseguiu realizar a primeira, não pode, tampouco, eliminá-la. Neste sentido, a constatação da não-neutralidade da ciência, mais aceita que negada dentro da comunidade científica, não pode ser encarada como uma rejeição do ideal de neutralidade.

Percebe-se isto quando o autor argumenta contra a "imposição de problemática" das pesquisas convencionais, justificando-a na enquête operária. Enquanto no primeiro caso a "imposição" ocorre como consequência das interferências ideológicas e da falta de relativismo cultural do pólo investigador, no segundo, ela se justifica como instrumento didático de conscientização do pólo investigado.

Também com relação à função "indutiva" das questões do dispositivo de investigação, o autor a reconhece e critica quando usada na pesquisa convencional, mas aceita-a e justifica-a na enquête operária por seu caráter de questionamento, que enfatiza a dimensão cognitiva e política das relações de classe. Como diz o autor:

"No contexto da enquête operária, ou de outras concepções de pesquisas comparáveis, a influência exercida pelas perguntas tem por objetivo tornar os interlocutores capazes de ultrapassarem o plano da resposta estereotipada, ou resposta condicionada pela conformidade à ideologia ou à moral dominante como no caso de escalas de atitudes (...) para chegarem ao plano da auto-descrição de uma situação. É claro que tal deslocamento de perspectiva não resulta apenas da formulação das perguntas. Deve-se levar em conta os modos de comunicação e a inserção não-artificial do dispositivo de investigação dentro da população ou classe privilegiada. Consideramos não-artificial esta inserção quando os grupos investigados têm iniciativa e controle dentro do processo de investigação, concebido em ligação com a prática efetiva do grupo, como é o caso na enquête operária" (p. 112).

É interessante notar a acitação, embora apenas implícita, por parte do autor, do papel do pesquisador da enquête que, diferentemente do pesquisador que se ocupa das pesquisas convencionais, não contribui com sua ideologia e com seu sociocentrismo para o desvirtuamento dos dados coletados. Pensamos que este também está sujeito a todas as injunções maléficas que atacam aquele. Não fosse assim, a crítica deveria recair na má-fé do primeiro, ao lado da pureza de intenções do segundo, o que julgamos não ser o caso do autor.

Por outro lado, a crença implícita na possibilidade de uma vanguarda burguesa, com pontos de vista do proletariado, de intelectuais orgânicos do proletariado, pode ser questionada de dentro dos próprios postulados marxistas. Como diz Gouldner (1979:58).

"De acordo com Marx e Engels, pois⁹⁸, alguns intelectuais são radicalizados pela sua 'contemplação' e compreensão teórica da história. É surpreendente quão idealista é a visão de Marx e Engels sobre o processo. Claramente isto contradiz a assunção fundamental do marxismo de que 'o ser social determina a consciência'. Como pode a consciência de um proletariado revolucionário emergir entre aqueles cujos seres sociais eram da classe dominante?"⁹⁹

Obviamente o autor comunga com Marx e, sobretudo, com Lenin, sobre a necessidade de uma vanguarda intelectual na condução da luta; com eles devemos dizer, também concordamos. Nossa dissonância com o autor situa-se na não problematização, ou melhor, na insuficiente problematização da condição do pesquisador da enquête operária que, aparentemente, estaria isento das interferências que caracterizam o pesquisador da pesquisa convencional. O autor aloca demasiada importância ao controle sobre os dados que pode ser exercido pelo pesquisado, o que nos parece também insuficiente para coibir a prática do dogmatismo, do autoritarismo, do economicismo, do desvio político e da incompetência na enquête operária, apenas referidos. Como na pesquisa convencional, a enquête operária também joga sobre os ombros do pesquisador a mesma responsabilidade, ou talvez maior pelo simples fato do viés consentido e/ou intencional liberar os limites da vigilância epistemológica, insubstituível.

A pretensa correção do viés de classe (falsa neutralidade) da pesquisa convencional através da proposta da enquête operária remete à questão da objetividade do método científico ou, no dizer de Demo (1980), à busca de objetividade uma vez que a objetividade absoluta é reconhecidamente inatingível. A objetividade é, pois, substituída pela ação política introduzida dentro do próprio processo de geração de conhecimento, o que nos parece inapropriado ou, em outras palavras, esdrúxulo. A questão deve ser colocada não em termos da oposição à ação política em si, mas em termos de sua adequação como elemento do método científico. A ação política é, inevitavelmente, necessária dentro da prática sociológica, mas a questão não é necessária nem desejável dentro da prática de pro-

⁹⁸. Refere-se ao *Manifesto Comunista*.

⁹⁹. "According to Marx and Engels, then, some intellectuals are radicalized by their 'contemplation' and theoretical comprehension of history. It is striking how idealistic Marx and Engels account of the process is. Clearly, this contradicts Marxism's fundamental assumption that 'social being determines consciousness'. How could the consciousness of a revolutionary proletariat emerge among those whose social being was that of the 'ruling class'?"

dução de conhecimento do tipo enquête. Entendemos não ser a enquête o tipo de método que melhor se presta a uma interação íntima entre pesquisador e pesquisado, nem à captação de dados qualitativos de natureza subjetiva, qual sejam aqueles que explicitariam e desvendariam elementos de falsa consciência dos operários ou suas "definições de situação"¹⁰⁰ com todas as consequências que elas acarretam.

Pela exposição de Thiollent, o tipo de interação entre o pólo pesquisador e o pólo pesquisado se concretiza apenas no momento de aplicação do instrumento de coleta, ou seja, do questionário (ou entrevista direta); por esta razão, pensamos que ele sofre das mesmas limitações da pesquisa de tipo survey, no sentido de que está preso à amostra e tem pouca chance ou nenhuma de reformular as questões em caso de incompreensões por parte da população pesquisada.¹⁰¹ Na verdade a enquête operária parece ser um survey intraclasses, ao invés de interclasses como o convencional.

Vejamos agora com mais precisão as críticas que o autor levanta sobre a pesquisa convencional. Ele inicia afirmando que a ciência não é neutra, consequentemente, seus métodos também não o são. Nas ciências sociais as técnicas de coleta de dados são viesadas de várias maneiras (questionário e entrevista).

A falsa neutralidade da ciência, a nosso ver, pode ser desmembrada em dois componentes: a) com relação aos usos dos resultados da ciência; b) com relação às formas de produção de conhecimento. O primeiro ponto remete à ciência como instrumento de poder e quanto a isto estamos em perfeita sintonia com o autor.

"Os manuais de planejamento de pesquisa convencional apresentam a utilização de resultados como uma questão de ética, rapidamente solucionada com o argumento da pretensa neutralidade técnica, ou como estilo de exposição adaptada, quer ao grande público, quer ao público restrito dos 'decision makers'. Este tipo de tratamento não parece enxergar que todos os eventuais utilizadores não são iguais, ou mais ainda, que cada tipo de conhecimento é funcional dentro de certas relações de poder" (p. 130).

100. Como já nos referimos anteriormente a "definição de situação" é um termo criado por W. I. Thomas que o explicita: "Se uma pessoa define uma situação como verdadeira, ela é verdadeira nas suas consequências".

101. Mesmo depois de um acurado pré-teste, o instrumento de coleta quase sempre contém defeitos.

Uma vez reconhecida a não-neutralidade na utilização dos frutos da ciência, ou seja, a diferenciação e discriminação de certas classes que se beneficiam mais ou menos daqueles resultados, o autor sugere outro modelo de conhecimento, que visa a emancipação:

"Este modelo de investigação que prevalece até hoje em matéria de pesquisa social, por racional ou eficiente que seja, não pode ser imposta como único padrão de legitimidade científica. Apesar de sua ilusão de neutralidade, este modelo é requerido pela funcionalidade do saber em relação ao poder, neste sentido, ele é politicamente 'engajado'. É possível imaginarmos um outro modelo¹⁰² de investigação que seja associado a uma política orientada em direção à emancipação e, nem por isso, menos 'científico' do que o modelo convencional ligado ao poder vigente" (p. 131).

O segundo componente embutido na crítica à neutralidade da ciência se refere às formas de produção de conhecimento e, como tal, está dirigido aos aspectos técnicos desta produção, ou seja, aos mecanismos (métodos e técnicas) que possibilitam a captação do real. O autor centra seus ataques especialmente ao questionário e à entrevista direta, cujas principais falhas seriam:

a) Os instrumentos de coleta provocam distorções porque são construídos de forma *sociocêntrica*, ou seja, a partir do universo cultural dos pesquisadores e não dos problemas e experiência dos respondentes;

b) Como consequência do *sociocentrismo* presente nos dispositivos de investigação, eles manifestam uma imposição de problemática que estimula a *produção de respostas* chamadas reativas;

c) Por outro lado, a *distância cultural* existente entre os dois universos (pesquisadores e pesquisados): 1) remete à *não-comparabilidade das respostas* quando a população entrevistada é heterogênea. O argumento é que apenas aqueles grupos (ou sujeitos) comparáveis aos dos pesquisadores poderiam compreender o sentido das questões; 2) *"induz o pesquisador a interpretações erradas* que, regra geral, concordam com sua visão de mundo ou com a de quem encomendou a pesquisa" (p. 48).

102. Este novo modelo será explicitado mais adiante.

"O problema de imposição de problemática pelo questionário consiste no fato de colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua e no fato de estimular a produção de respostas que chamamos retativas. O problema remete à distância social ou cultural que existe entre o universo dos pesquisadores que concebem o questionário e o universo dos respondedores. Relativamente a cada um dos dois universos, a relevância e significação de uma pergunta não são necessariamente comparáveis" (p. 48).

A argumentação do autor é a seguinte: uma problemática de pesquisa sempre existe. Entretanto, o pesquisador deve exercer certo controle sobre suas características de membro de uma classe — e, como tal, possuidor de uma ideologia através da reflexividade e do relativismo, "concebidos como preocupação de autocontrole das implicações sociais dos analistas da sociedade" (p. 131).

"O que queremos criticar nas precedentes observações não é a existência de uma problemática de investigação, sempre necessária, mas sim a dissimulação de problemáticas ideologicamente marcadas ou sociocentradas nas formas de representação do social das classes médias ou de diferentes elites. Logo, o que está em jogo é a ausência por parte dos investigadores da auto-avaliação da problemática e das interferências ideológicas que nela têm lugar, inclusive ao nível da formulação da pergunta... Reflexividade e relativismo cultural são duas qualidades necessárias para dirigir investigações sem "imposição de problemática", numa perspectiva de questionamento mais do que de observação unilateral" (p. 51-52).

d) O questionário e a entrevista representam um dispositivo de investigação unilateral, no sentido de que não são capazes de estabelecer uma comunicação recíproca, um sistema de troca entre entrevistador e entrevistado, tolhendo a criatividade e iniciativa dos entrevistados:

Tentemos atingir o argumento:

"A unilateralidade contida no dispositivo da pesquisa convencional já define de antemão o fato de que as populações implicadas no objeto de investigação não terão nenhum poder de iniciativa no processo de investigação, tanto na fase de exploração como na de utilização. Sabe-se que os procedimentos apli-

cados no decorrer da pesquisa terão um efeito de apropriação, monopolização, rotulagem do saber popular, descrevendo, sintetizando, interpretando os seus elementos sob formas especiais de apresentação que só interessam a quem dispõe do poder, seja ele real ou simbólico" (p. 130).

A nosso ver, o fato de um instrumento de coleta de dados ser unilateral não implica necessariamente que seus resultados não possam ser utilizados pelo próprio pesquisado, embora, na prática, isto aconteça.

"Este relacionamento (entre pólo investigador e pólo investigado) deve ser concebido de tal maneira que seja concretamente capaz, em cada contexto de investigação, de permitir a iniciativa, a criatividade dos 'investigados' e uma comunicação profunda com os investigadores. Mais do que que informantes ocasionais, certos dos indivíduos ou grupos implicados numa determinada situação, devem se tornar, no decurso da pesquisa, investigadores nesta situação" (p. 131-132).

Aparentemente pode-se pensar que o autor se refere a algum problema ético, envolvendo um desrespeito ao entrevistado pelo fato de a ele só ser concedida a palavra naquele tipo de assunto "imposto" pelo pesquisador e que uma intercomunicação seria algo de mais "humano" ou ético. cremos que pode ser isto também, mas a crítica se dirige mais ao "padrão positivista-empirista da observação convencional" sugerindo o estabelecimento de "uma nítida ligação entre a dimensão metodológica e a dimensão política do processo de investigação" (p. 120).

No intuito de reforçar seu ponto de vista, o autor faz uma longa citação de Ferrarotti¹⁰³ que reproduzimos em parte:

"Não há possibilidade de sociologia genuinamente crítica se não se reconhecer entre investigador e objetos de investigação um substancial status de paridade. Troca e comunicação recíproca. A sociologia como participação. A investigação como co-investigação. A autogestão operária da investigação, como processo de conscientização e de transformação objetiva que parte da autodescrição da situação de trabalho e chega à interpretação complexa da situação na fábrica e na sociedade" (p. 121-122).

103, Franco Ferrarotti. "Uma Sociologia Alternativa: Da Sociologia como Técnica de Confrontamento à Sociologia Crítica". *Crítica e Sociedade* 6, Afrontamento, Porto, 1976, p. 50.

Percebe-se nos dois autores que a unilateralidade é maléfica, porque não é política. O papel dos intelectuais é, pois, "trazer o que eles sabem de um modo que não prejudique a iniciativa dos trabalhadores, ou melhor, que favoreça as condições de sua criatividade", "em lugar de levar ao proletariado a ciência com todos os riscos de cientificismo, de autoprocamação e de passividade" (p. 122-123).

1.2 — A intervenção sociológica

Iniciaremos a apresentação da concepção de Touraine (1982) sobre a intervenção sociológica pelo fim de seu artigo, onde ele define, na verdade, seu pensamento político e sua perspectiva sobre a razão de ser da sociologia e de seu método. Vale a pena ouvi-lo:

"... é com angústia que nos perguntamos se o espaço da sociedade civil que conseguimos aos poucos estender no Ocidente no decorrer dos séculos não será novamente invadido pela floresta estatal. A razão de ser da sociologia é defender, *palm* a *palm*, esta clareira e as culturas que as coletividades humanas nelas desenvolvem. O método de intervenção está a serviço desta defesa. Uma de suas metas é o conhecimento, mas procura também elevar o nível de ação, proporcionar à ação real uma aproximação cada vez maior do máximo de ação possível. Procura ajudar os homens a fazer sua história.

Aparece num momento em que, sobre as ruínas das ilusões destruídas ou traídas, essa confiança na produção da sociedade recua e, em face dos Estados todo-poderosos, só se procura apoio no mais individual e no menos social, na natureza e no inconsciente. Não se pode separar um caminho de pesquisa nas ciências humanas das razões históricas e sociais que o fizeram surgir. Não é contraditório afirmar que a intervenção sociológica tem um valor humanístico e reconhecer que ela é, também, o signo de um desejo de fazer renascer uma consciência da história, e assim defender e reforçar as chances da democracia" (não-grifos nossos) (p. 45).

Estas preocupações do autor são frutos de sua experiência com o método da intervenção sociológica aplicado à greve estudantil (1976), ao movimento antinuclear e ao movimento occitano na

França, embora tenha sido concebido já em 1973. O programa previa uma intervenção no sindicato operário e outra no movimento de mulheres. A questão teórica fundamental dirigida aos cinco estudos é:

"em que pode consistir e sob que forma pode manifestar-se o movimento social popular que, numa sociedade pós-industrial ou em via de pós-industrialização, ocuparia o papel central que o movimento operário desempenhou na sociedade industrial e que o movimento pelas liberdades civis desempenhou nas sociedades mercantis pré-industriais" (não-grifos nossos) (p. 44).

A questão se dirige, pois, a uma sociedade pós-industrial e pretende descobrir os tipos e as formas de movimentos sociais passíveis de desempenharem um papel histórico na construção da sociedade francesa. Mas existem também outros campos de aplicação para a intervenção sociológica além dos movimentos sociais, e Touraine convide os interessados a examinarem "em que condições e sob que forma ele pode ser aplicado a outros campos sociais e a outras situações sociais". A título de sugestão ele aponta áreas que não estão necessariamente caracterizadas como movimentos de oposição ou populares: a) as condutas dos meios dirigentes, ou seja, junto à classe dirigente de grandes organizações industriais ou não, privadas ou públicas; b) movimentos camponeses ou populistas urbanos de países dependentes e/ou ex-colônias, a fim de compará-los com as pesquisas semelhantes nos países centrais; c) condutas políticas e condutas organizacionais no interior de grandes organizações de produção, de administração, de educação, de saúde etc.; d) condutas de ordem, de crise ou de mudança, isto é, típicas dos países onde a industrialização foi dirigida por Estados autoritários que geraram relações sociais recobertas por relações de ordem e por uma dominação estatal; e) condutas de desvio individual ou mesmo de loucura vistas como expressões individualizadas de uma "privação da ação histórica"; f) os "antimovimentos sociais", ou seja, "tudo aquilo que, numa comunidade, estimula o comportamento defensivo e o consenso contra um inimigo externo". Exemplo disto são os movimentos de defesa comunitários; g) as condutas sociais desenvolvidas sob a dominação absoluta do Estado, como no caso do Brasil, cujas forças sociais aos poucos limitaram a dominação da ditadura militar e que podem ser consideradas como lutas contra o Estado, cuja natureza merece uma reflexão.

Touraine afirma que "a escolha de um método não depende de considerações técnicas; cada método corresponde a um tipo de

abordagem, a uma representação da realidade social e, por conseguinte, à escolha do pesquisador ao privilegiar um certo tipo de conduta (1982:37). Assim sendo, aqueles interessados em conhecer a natureza das normas culturais e sociais de uma coletividade colocam-se na posição de *observadores* (antropólogos e sociólogos); aqueles interessados nas determinações sociais das condutas recorrem ao método de *levantamento extensivo* (survey); aqueles interessados pelas decisões, mudanças, relações de influência e de poder desenvolvem *estudos de caso*, tentando reconstruir a história oculta de uma decisão¹⁰⁴, aqueles que se interessam pelos atores históricos recorrem ao *método historiográfico*; enquanto aqueles que pretendem estudar a maneira como uma sociedade se reproduz a si própria, os seus modelos culturais e as suas relações sociais encontram-se desprovidos de qualquer método. A *intervenção sociológica* vem suprir esta lacuna.

A importância desta área de estudo deve-se à multiplicidade de formas de produção de sociedade, hoje, cuja capacidade de produção ou de destruição é quase ilimitada. Por esta razão, a noção de sociedade é questionada por basear-se nas heranças de séculos passados que enfatizavam a ordem na mudança. Com a presença crescente do Estado nacional a noção de sociedade se torna "perigosa". O autor se define:

"Não acreditamos mais na existência de um princípio central de ordem assegurando as funções vitais de toda a coletividade. Acreditamos antes na existência de relações sociais de inovação cultural e de mecanismos políticos através dos quais vai sendo constantemente redefinida a situação social, de modo que ela nos aparece de preferência como evento que não corresponde a qualquer racionalidade geral, que é pouco coerente e que é instável.

A análise das organizações desempenham aí um papel fundamental. Hoje, não podemos mais acreditar que uma organização possa ser comandada por princípios científicos; tampouco acreditamos que, pelo menos nessas sociedades, ela seja somente a obra de uma dominação central. Aprendemos, graças sobretudo aos trabalhos norte-americanos, a descobrir racionalidades limitadas, estratégias e eventos naquilo que outrora parecera de domínio da organização científica do trabalho. Nessas condições,

104. Lembramos aqui os estudos empreendidos nos Estados Unidos dentro da perspectiva teórica do interacionismo simbólico através da observação participante. Cf. Melville Dalton, *Men Who manage* (1959) e Alvin W. Gouldner, *Patterns of Industrial Bureaucracy* (1954).

ao invés de representarmos a sociedade como um princípio central de unidade ao qual se refere o funcionamento das instituições específicas, é importante romper esta ligação da análise sociológica com a análise histórica e não mais confundir o Estado com uma sociedade produzida por suas orientações culturais e suas relações sociais" (p. 38-39).

O principal problema, entretanto, é que estas relações sociais não se oferecem à observação imediata; daí a necessidade de concentrar a atenção sobre os atores em suas condições sociais concretas, a fim de que se possa perceber as condutas de produção conflitual da sociedade.

A simples observação não é suficiente; é preciso criar situações quase experimentais, nas quais se possa analisar de forma aprovada e duradoura grupos restritos; nas quais o ator fique em condições de manifestar o questionamento de sua situação, seus objetivos e sua consciência a respeito dos conflitos nos quais está envolvido. Somente isso não seria suficiente; é preciso que o investigador intervenha diretamente:

"... é preciso que o ator passe das condições de resposta e de adaptação para as condutas de projeto e de conflito através do pesquisador. Somente a intervenção ativa e pessoal do pesquisador, ao puxar o ator para as relações mais fundamentais nas quais se acha envolvido, permitirá que ele deixe de se definir como respondente da ordem estabelecida" (p. 39).

Contra o aparente paradoxo entre os estudos dos atores históricos e dos movimentos sociais através de pequenos grupos, o autor argumenta que é nos pequenos grupos que os atores sociais estão habituados a ver a unidade de base de seu movimento, tais como: célula política, comunidades religiosas, associações locais. Este tipo de estudo de grupo se distingue daqueles que têm por objetivo a captação dos mecanismos subjetivos das relações sociais, a seu ver desprovidos de qualquer fundamento por operar a redução das relações sociais às relações interpersonais. Sua importância reside no fato de considerar os membros do pequeno grupo como atores históricos, como produtores de sua história, de transformadores de sua atuação:

"O ponto de partida da intervenção sociológica consiste em constituir tais grupos, formados por atores os mais estritamente

militantes, que assim permanecem durante toda a duração da pesquisa, mas que, como militantes, se engajam também num trabalho de análise.

Não deve haver contradição entre o papel de militante e o papel de analista, já que o analista está orientado para a descoberta do sentido mais profundo da ação (não-grifos nossos) (p. 40).

A formação desse tipo de grupo — composto de uns dez participantes — enfrenta, entretanto, a dificuldade que se apresenta por parte do ator em dissociar a análise de sua ideologia, pelo fato de permanecer “dono de seu sentido”. Ao invés de serem interrogados sobre suas opiniões, atitudes ou ideologias, o que representaria um reforço às condutas de resposta do grupo frente a uma situação dada, adota-se um procedimento oposto, ou seja,

“os grupos logo que formados são confrontados com interlocutores que são seus parceiros sociais na vida real. Substitui-se assim a expressão da ideologia pela experiência de uma relação social. É mesmo desejável que os primeiros interlocutores convidados sejam os adversários mais evidentes do grupo” (p. 40).

De preferência, são os próprios grupos que escolhem seus interlocutores. Ao pesquisador cabe o papel de moderador, cuja principal tarefa é evitar que os componentes fujam da discussão ou que dela participem de forma artificial.

O verdadeiro objeto da intervenção sociológica não é, pois, o ator, mas a *relação social*, onde os reais contendores se enfrentam: empregadores e assalariados, colonizadores e colonizados, dirigentes de Estado e dissidentes etc.¹⁰⁵

Após cada encontro, pesquisadores e militantes se reúnem em sessões fechadas onde comentam sobre os encontros, iniciando, assim, a auto-análise. O mais importante nesta discussão é a auto-análise dos atores, onde são desvendadas a consciência de classe¹⁰⁶, meta primeira do pesquisador. No início destes encontros os grupos agem como “grupos exemplares”, isto é, reproduzindo os debates que se processam ao longo da luta ou da ação coletiva. É preciso, entre-

105. Além dos antagonistas na relação social o autor fala na possibilidade de incorporar um terceiro grupo que representaria o contexto da ação estudada, o que ele chama de “agência de historicidade”. Por exemplo, na confrontação entre um grupo patronal e um grupo sindical, poder-se-ia acrescentar outro composto de técnicos que representariam a industrialização.

106. O autor entende que toda classe tem uma consciência, embora, às vezes, mesclada com outras consciências.

tanto, operar a transformação destes grupos em “grupos-figuras” através de uma “reviravolta” que consiste num distanciamento em relação à prática e na produção de interpretações gerais da prática. Esta transformação

“pode-se dar tanto espontaneamente como por iniciativa do pesquisador e leva àquilo que se pode chamar de análise ideológica, porquanto ligada à ação — por isso mesmo ideológica — e, desde já, analítica. Esta reviravolta é uma fase essencial no caminho que leva à conversão, momento central da intervenção” (p. 4).

A passagem de “grupo-exemplar” para “grupo-figura” ocorre depois da primeira fase de intervenção, quando são reexaminados os relatórios datilografados, fitas cassete ou gravação de vídeo produzidos durante as confrontações e as discussões fechadas.

Já a “conversão” representa a passagem “da análise em termos práticos para a análise em termos de movimento social que pode estar presente na prática”, mas unicamente o pesquisador pode realizá-la tentando mostrar ao grupo a imagem do movimento social que confere à prática a sua importância.

“Ele puxa a prática e sua interpretação para o nível mais elevado possível. Não procura colocar-se em outro nível que não seja o da ação histórica. Seu papel é o de fazer perceber sob que forma e com que força as condutas de produção da sociedade estão presentes nas condutas que podem também ser percebidas em outros níveis da vida social” (p. 41).

Na verdade, diz o autor, a conversão da análise prática para a análise do eventual movimento social presente na prática, interpretada pelo pesquisador, representa uma “hipótese” que ele apresenta ao grupo que a ela reagirá a fim de que seja testada sua validade, de preferência, também em outros grupos. Este processo é parte da “sociologia permanente”, ou seja, o conjunto das operações que ocorrem após a conversão. A experiência do autor levou-o a refletir sobre a necessidade de criar um *research design*:

“... combinando dois ou três grupos constituídos durante a primeira fase de intervenção, com um conjunto de grupos, alguns dos quais estudados tão demoradamente quanto na primeira fase, no decorrer da sociologia permanente. Esses novos

grupos devem ser escolhidos de maneira que possam ser formuladas hipóteses sobre a aplicação possível a essas novas situações".

Assim sendo, entre a primeira fase, ou seja, a etapa da intervenção até a "conversão", e a segunda, — combinação dos vários grupos — deve haver um intervalo de um ano, a fim de que as hipóteses sejam testadas em circunstâncias novas onde a influência dos pesquisadores não se fará mais sentir. Com efeito, a sociologia permanente envolve todas as atividades que os grupos desenvolvem entre um período e outro e dispensa a presença dos pesquisadores.

O método, entretanto, sofre de algumas limitações que o autor chama de "problemas". Primeiramente, ele não permite uma previsão histórica, ou seja, ele não analisa as chances que uma ação coletiva tem de adquirir certa importância histórica. Ele, quando muito, revela a natureza do "movimento social possível"¹⁰⁷ e, a partir daí, pode-se perceber a distância entre o movimento social real e o possível. A intervenção sociológica, entretanto, não tem a previsão como objetivo, e sim, a *análise dos mecanismos* que permitem a formação da *ação coletiva* e dos *movimentos sociais*.

O segundo problema está vinculado à definição do papel dos pesquisadores, dadas as duas funções exigidas pela própria intervenção: a) de acompanhar a auto-análise dos atores; b) encaminhar o grupo à conversão. A primeira função é desempenhada pelo *intérprete* e a segunda pelo *analista*, já que as duas funções não podem ser fundidas na mesma pessoa. Ambos devem manter certa distância em relação ao grupo. O intérprete tenta evitar as rupturas entre a experiência de luta real do grupo e sua atividade no quadro da intervenção. Já o analista procura construir hipóteses sobre a ação em questão.

Quanto mais distinta for a separação entre *luta* e *movimento*, tanto mais separadas serão as duas funções (intérprete e analista) e menos comunicação haverá entre os dois pesquisadores. A crise no seio do grupo surgirá como consequência, indicando uma ausência de *movimento* enquanto tal.

Um dos perigos que envolve os pesquisadores é sua exagerada identificação ao grupo, o que pode ocorrer, seja por razões ideológicas, para comprovar sua lealdade, ou no intuito de tornar-se líder.

¹⁰⁷. Como um tipo ideal weberiano ou no sentido de L. Goldmann.

A excessiva identificação é prejudicial ao andamento da intervenção porque pode levar à ilusão de que o grupo é mais autônomo e ativo do que realmente é, impedindo, assim, a conversão, momento em que a distância entre pesquisadores e pesquisados deve ser a maior possível.

Outra crítica à intervenção sociológica — além da *falta de previsibilidade* — é aquela referente ao fato dela *não ter valor demonstrativo*, ou seja, pelo fato de basear-se na interferência deliberada dos pesquisadores em termos de suas sugestões e interpretações sobre o grupo, o sucesso estaria praticamente garantido: os pesquisadores sempre encontrariam a presença de um movimento social no seio da luta. Contra isto o autor argumenta:

"Essa objeção requer, em primeiro lugar, respostas gerais. É preciso dizer novamente que a conversão não se julga pelo fato de um grupo consentir, num determinado momento, em aceitar a hipótese apresentada pelo pesquisador. A capacidade do grupo de reinterpretar e orientar sua experiência passada, presente e futura, em função da hipótese apresentada é que indica a solidão desta última. É bom lembrar ainda que o dispositivo atual da pesquisa supõe a intervenção de vários pesquisadores, sobre vários grupos e em várias etapas, muitas vezes com intervalo de meses" (p. 43).

Para comprovar sua argumentação, Touraine se refere à sua experiência no movimento occitano e à rejeição de sua hipótese, assim como de outro pesquisador, apesar do excelente nível de comunicação existente no grupo. Este tipo de fracassos, entretanto, não significa o fracasso do método:

"Prova, pelo contrário, que certos grupos podem fazer sua conversão, ou seja, colocarem-se do ponto de vista do movimento social possível e ao mesmo tempo reconhecer que este movimento não pode encarnar-se em sua ação, a qual, por conseguinte, não pode atingir objetivos tão elevados. A conversão não consiste em reconhecer a presença dos conflitos mais agudos em todas as reivindicações, mas em situá-los em relação a este nível da ação social" (p. 43).

Uma quarta objeção tem sido levantada: a intervenção não considera os fenômenos psicosociológicos que ocorrem dentro do grupo. O autor admite que são vários os fenômenos que podem despertar

interesse quando se analisa um grupo, tais como a natureza do laço social (Freud) ou a maneira como um grupo pode comportar-se à mudança e tomar decisões. Na verdade, a intervenção sociológica não opõe o *funcionamento interno* do grupo aos *problemas de luta* da qual seus membros participam; o que ele se propõe é analisar as relações intragrupo à luz das "hipóteses propriamente sociológicas". Dada a importância das modificações internas, os relatórios de pesquisa não são mais exposições sobre as lutas, mas sim, são relatos sobre a história das próprias pesquisas.

Resumindo, podemos dizer que a intervenção sociológica tem as seguintes características:

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Acredita:

- 1) que a sociedade se produz ou reproduz a partir das ações históricas (movimentos sociais) dos grupos;
- 2) no indivíduo como motor da história através de suas lutas;
- 3) na necessidade de uma "vanguarda" intelectual no desenvolvimento das lutas populares;
- 4) que a sociologia tem por objetivo não só o conhecimento da realidade societal, mas também a mudança social em benefício do homem;
- 5) na necessidade de abrir espaços para a sociedade civil, invadida pelo Estado;
- 6) na defesa da democracia;
- 7) que a mudança social deve ser provocada.

PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

- 1) A objetividade — separação entre o sujeito e o objeto — não é necessária no processo de conhecimento;
- 2) o momento de conhecimento pode coincidir com o momento da mudança;
- 3) a neutralidade não é necessária no processo de conhecimento: a ciência deve tomar o partido dos homens e não de alguns homens;
- 4) a generalização na sociedade é problemática: as sociedades atuais são muito diferenciadas e o processo de mudança é muito rápido.

1.3. — A pesquisa-ação institucional

A proposta de Barbier da pesquisa-ação institucional se apoia em três pilares: a sociologia institucional de Bourdieu e Passeron (1970), o marxismo contemporâneo de C. Castoriadis, de H. Lefebvre e L. Goldmann¹⁰⁸ e no existencialismo de Sartre. Dos primeiros, ele guarda o conceito de "violência simbólica", definida como "todo poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que são a base de sua força" e que "acrescenta a sua própria força a essas relações de força".¹⁰⁹ Este conceito levará a dois níveis de análise: o da lógica interna do objeto social estudado e o da função externa dessa lógica interna. De Castoriadis (1975)¹¹⁰ ele toma as noções de "instituinte" e "instituído" e de "imaginário social". Em suas palavras:

"Consideramos de forma geral o que está no âmago de toda formação social-histórica: o complexo, ou melhor, o magma de significações imaginárias sociais nas quais e pelas quais ela se organiza e organiza o seu mundo. Uma formação social-histórica é constituída instituindo-se, o que quer dizer, em primeiro lugar (embora não apenas), instaurado um magma de significações (termos e referências) imaginárias (não redutíveis a um 'real' ou 'racional' qualquer) sociais (valendo para todos os membros da formação, sem que sejam necessariamente conhecidas como tais). A análise teórica poderá efetuar uma série de decomposições e de recomposições sobre o que manifesta na superfície de vida da formação considerada (mostrando, por exemplo, que as conexões mais importantes não estão onde os participantes pensam explicitamente que elas se situam); mas o que ele vai encontrar, como princípio e momento decisivo da organização latente que revelará, ainda será um magma de significações imaginárias, colocado pela formação social-histórica considerada, e que se modifica ao longo de uma história — ou mais exatamente, cuja modificação contínua constitui uma dimensão decisiva dessa história e a respeito do qual a análise *não é livre*".¹¹¹

De Lefebvre (1961) o autor se apropria do conceito de "quotidianidade" ou de "vida quotidiana", que enfatiza o "banal", fundamental para a análise da ação institucional de todo dia. A vida

¹⁰⁸ O autor, entretanto, recorre freqüentemente a outras fontes como Gramsci, Lukács, Machiavel e Weber.

¹⁰⁹ Bourdieu e Passeron, citados por Barbier, 1985:144.

¹¹⁰ Castoriadis inicia por uma análise trotskista da burocracia passando à análise weberiana da organização em uma perspectiva crítica (cf. Barbier, p. 78).

¹¹¹ Castoriadis, citado por Barbier (1985:79).

quotidiana é definida por Lefebvre como o "conjunto das atividades elementares decorrentes obrigatoriamente dos processos gerais de desenvolvimento, de evolução, de crescimento, de envelhecimento, de defesa ou de transformação biológica e social, processos que escapam à observação imediata e que só são perceptíveis nas suas consequências".¹¹²

De Lucien Goldmann (1952), discípulo de Lukács, Barbier retoma o conceito de "consciência possível"¹¹³ no sentido de captar esse tipo de consciência na classe social que constitui o sujeito coletivo no momento da pesquisa. A "consciência possível", apesar de distinta do conceito de "ideal-tipo" de Weber, que é — segundo Barbier — não-histórico e formalista, também representa um ideal tipo, por ser uma construção teórica que, "a partir de determinada situação sócio-histórica, define a consciência de um grupo social num momento de sua história. Ele não compreende forçosamente a consciência espontânea que têm os autores sociais envolvidos (o "pseudocônceto" de K. Kosik). Segundo Goldmann, "cada grupo social pode ser definido pelo máximo possível de sua consciência, que ele não consegue ultrapassar e sobre o qual o grupo pode formular o seu programa máximo de ação" (Barbier: 1985:76). Também de Goldmann é a idéia apresentada por Barbier sobre a noção de "diferença", explicitada quando o primeiro fala sobre a necessidade de "introduzir a diferença até nas obras e nas idéias de Marx, em vez de nele procurar um bloco homogêneo".¹¹⁴

De Jean Paul Sartre, o autor destaca a categoria de "existência" que pretende se contrapor ao idealismo absoluto: "não são as idéias que modificam os homens, não basta conhecer a paixão pela sua causa para suprimi-la, é preciso vivê-la, opô-la a outras paixões, combatê-la com tenacidade, enfim, *trabalhar a si mesmo*".¹¹⁵ É nessa brecha que o autor se respalda para justificar a intromissão do pesquisador na práxis da pesquisa, ou seja, que ele faça parte do sistema experimental para, através disso, desvelar a situação, modificando-a. Novamente Sartre é citado, agora pleiteando maior respeito pela subjetividade: "há duas maneiras de cair no idealismo: uma consiste em dissolver o real na subjetividade; a outra, em negar toda subjetividade real em proveito da objetividade. O fato é que a subjetividade não é tudo nem nada; ela representa um momento

112. Citado por Barbier, 1985:80.

113. Para uma discussão do conceito de "consciência possível" ver André Haguette (1983).

114. Goldmann (1970), citado por Barbier, 1985:80.

115. Sartre (1960), citado por Barbier, 1985:81.

no processo objetivo (o da interiorização da exterioridade), e esse momento se ilumina constantemente para renascer sempre como novo".¹¹⁶ Estas idéias são reforçadas, obviamente, pela oposição de Sartre à razão analítica, propondo, em seu lugar, a legitimidade da razão dialética que permeia toda a epistemologia de Barbier. Além da acitação da base fundamental do marxismo, consubstanciado no materialismo histórico, o autor define alguns princípios epistemológicos, valendo-se de outro autor (Benoit Verhaegen):

- "o marxismo reconhece a parte da subjetividade nas ciências humanas e ciências da natureza, pela razão fundamental de que a práxis excede constantemente o saber. À razão analítica das ciências da natureza, o marxismo (com Sartre) opõe a legitimidade da razão dialética, que define uma relação nova entre o pensamento e seu objeto;
- a subjetividade das ciências humanas não é obstáculo ao conhecimento; ao contrário, é condição necessária para atingi-lo, à medida que é a prática social — e não a prática científica —, que constitui o ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento;
- entre a observação da "consciência comum" e o conhecimento científico não há ruptura (...) mas sim relação dialética, isto é, oposições e superações;
- o marxismo não atribui um status epistemológico privilegiado ao corpo de estudiosos dotados de metodologia científica especializada. *A priori* ele nega ao conhecimento "erudito", afastado da prática social, a possibilidade de chegar a uma compreensão da realidade social...
- o marxismo só concede um status epistemológico privilegiado ao materialismo dialético que constitui a hipótese metodológica e o quadro referencial teórico capazes de fecundar a observação empírica...
- para o marxismo, a razão, a capacidade de conhecer são produtos da história humana tanto quanto as ferramentas, a cultura, a linguagem, as produções materiais do homem e também as estruturas ocultas da sociedade" (p. 70-71).

Uma vez colocados os referenciais teóricos¹¹⁷ o autor finalmente apresenta sua definição da pesquisa-ação passando a explicitar os

116. Sartre (1960), citado por Barbier, 1985:82.

117. É admirável a liberdade com que Barbier manipula os vários autores, extraindo deles o que lhe interessa, montando um sistema, ecletico coerente. Lembremo-nos de outras formas de marxismo dogmático que repudiavam este tipo de postura, por estarem manietados pela camisa da força da ortodoxia.

procedimentos metodológicos aos quais obedecerá em sua pesquisa institucional:

"Para mim a pesquisa-ação é uma atividade de compreensão e de explicação da práxis dos grupos sociais por eles mesmos, com ou sem especialistas em ciências humanas e sociais práticas, com o fim de melhorar esta práxis. A *pesquisa-ação institucional* é um tipo particular de pesquisa-ação cujo objeto refere-se ao campo institucional no qual gravita o grupo em questão. Trata-se de desconstruir, através de um método analítico, a rede de significações das quais a instituição é portadora, enquanto célula simbólica. A pesquisa-ação institucional é levada a empregar conceitos fundamentais como os de transversalidade, implicação, analisador, grupo-sujeito e grupo-objeto" (p. 156-157).

Quatro elementos devem ser enfatizados na definição:

- a) o processo de compreensão; b) de explicação; c) *pelo grupo*;
- a) o processo de compreensão; b) de explicação; c) *pelo grupo*;
- d) *para a prática*. Quanto à instituição, enquanto objeto de estudo: é vista não só como um *locus* de "violência" (Bourdieu e Passeron), mas como um *locus* do "imaginário social" (Castoriadis) cujas *significações* são quase sempre ocultas ou não ditas e que devem ser desveladas pelo grupo, através da análise de sua quotidianidade, da "interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade". Estas significações são mais ou menos apreendidas pelo grupo de acordo com sua "consciência possível" (Goldmann) naquele momento. Cabe, pois, ao pesquisador impulsioná-lo para que ele atinja o "máximo de consciência possível" e, de acordo com ela, possam ser formulados programas de ação pelo próprio grupo.

Em termos epistemológicos percebe-se as etapas do conhecimento que se inicia com a prática, passa dele para a compreensão, depois para a explicação, retornando à prática. Faz-se mister destacar o duplo sentido que a noção de prática contém. Em primeiro lugar trata-se da prática social do grupo enquanto tal e, em segundo, da prática do pesquisador no grupo. As duas práticas se misturam e se unem, fazendo surgir o conhecimento também para as duas partes, grupo e pesquisador. A prática, entretanto, não deve ser concebida apenas nos seus componentes externos, aparentes, mas deve levar em conta a subjetividade dos atores e suas definições ou consciência possível da situação. Neste sentido a consciência é subjetividade e, em certo momento, é captada como um dado objetivo (Sartre). Existe, pois, um processo dialético entre subjetividade e

objetividade que deve ser observado pelos dois pólos. Dentro deste processo o conceito de transversalidade remete à tripla dimensão da luta de classes, econômica, política e ideológica, que impõe sobre a instituição (imaginário social) sua verticalidade consubstanciada na hierarquização interna, criando o grupo-objeto, ou dominado, que deve, com a ajuda do analisador (pesquisador), transformar-se em grupo-sujeito, senhor de sua própria práxis e de seu projeto: "Em busca incessante, sempre meio caminho de sua totalidade, o grupo-sujeito é a estrela polar de toda práxis coletiva realmente instituinte".¹¹⁸

Barbier sistematiza sua concepção de pesquisa-ação institucional em sete princípios básicos:

- 1º) "a pesquisa-ação institucional tem por objeto o conhecimento preciso e esclarecido da práxis institucional do grupo (e pelo grupo), a fim de dar-lhe a possibilidade de saber mais e de poder agir melhor sobre a realidade;
- 2º) toda pesquisa-ação institucional supõe uma relação dialética entre o grupo-pesquisador coletivo — e o objeto de sua pesquisa, bem como o esclarecimento de sua rede de implicações;
- 3º) a necessária pesquisa da objetivação na pesquisa-ação institucional está subordinada à práxis do grupo, pesquisador coletivo na instituição. O objeto de conhecimento é construído, conquistado e constatado no rastro da práxis institucional e em função dela. O material a ser analisado é, pois, reconstituído posteriormente pela práxis coletiva e conservado pelos mais diversos meios técnicos;
- 4º) sem excluir o material clássico da pesquisa em ciências humanas e sociais — como, por exemplo, a estatística — o material simbólico ou prático (geralmente rejeitado pela sociologia acadêmica positivista), tal como os fenômenos marginais, os casos clínicos etc. é considerado de modo privilegiado na pesquisa-ação institucional;
- 5º) a análise é diacrônica e dialética: supõe uma epistemologia clínica da temporalidade para poder apreender a tendência geral de evolução da práxis coletiva ou *tendência da práxis*;
- 6º) o conhecimento da *tendência da práxis* impõe o conhecimento de "momentos" significativos, totalidades parciais dialéticas suscetíveis de serem analisadas sincronicamente (decodificação).

¹¹⁸ Felix Guattari. *Psichanalyse et transversalité*. Paris, Maspéro, 1972, citado por Barbier, 1983/199.

Esses "momentos" analisados em sua complexidade horizontal não são o ponto essencial da pesquisa-ação, mas constituem "marcos" indispensáveis à compreensão da dialética evolutiva da práxis. Cada "momento" é concebido na análise como uma *trama de contradições dinâmicas*, estruturada principalmente pelas contradições de uma totalidade englobante significativa, que o olhar do pesquisador coletivo implicado fixa, através de uma convenção epistemológica e um procedimento de "desdobramento" (como se práticas e discursos, objetos de análise, não viessem dele);

7º) o resultado provisório de uma pesquisa-ação institucional só pode ser *explicado* por sua inserção numa estrutura englobante significativa, que é por sua vez elemento de um conjunto em via de totalização. O conhecimento da tendência da práxis de um elemento A supõe, portanto, o conhecimento paralelo da tendência de uma práxis de um elemento B ao qual pertence A".

Obedecendo a estes princípios a metodologia adotada para a análise da instituição desdobra-se em duas partes: a) análise diacrônica e dialética do campo institucional nos grupos e nas organizações, ou seja, a socioanálise institucional; b) a análise sincrônica do campo dialético da instituição nos grupos e nas organizações: a sociologia institucional.¹¹⁹ A primeira parte é desenvolvida em cinco fases fundamentais: A primeira, parte da "serialidade" — agrupamento de pessoas sem organização, integração ou fim comum — a "fartividade duvidosa" — artificial — que se instala nos primeiros momentos da pesquisa-ação. A segunda chega à "ação implícita das implicações dos membros do grupo", quando as diferenças emergem, as tensões surgem e o perigo de divisão do grupo se torna iminente. A terceira fase diz respeito à "confrontação das diferenças" quando normalmente ocorrem a passagem do grupo-objeto ao status de grupo-sujeito. A quarta fase desvenda as redes de contradições institucionais como um fenômeno "incontornável" que deve ser assumido pelo grupo. Finalmente, a quinta fase leva à superação das contradições assumidas pelo grupo-sujeito. A primeira fase representa o momento da "unidade positiva", a terceira o da "unidade negativa" e a quinta, o da "singularidade", fechando o circuito dialético.

Os exemplos fornecidos pelo autor indicam que uma pesquisa-ação institucional do gênero proposto pode se desenvolver no espaço

119. Estas duas fases assemelham-se à proposta de Bourdieu e Passeron: a) análise da lógica interna do objeto social estudado; b) análise da função externa lógica interna, dialetizadas por Barbier.

de vários anos, com sessões trimestrais de vários dias, com a participação de, aproximadamente, trinta pessoas com idade, sexo, origem social e organizações diferentes, mas ligadas por um vínculo comum: o pertencimento a uma mesma instituição.¹²⁰

2 — A pesquisa participante

2.1 — Definição e características

A pesquisa participante tem sido mais facilmente caracterizada do que definida na literatura especializada. Percebemos de imediato que ela envolve um processo de: *investigação*, de *educação* e de *ação*, embora alguns autores enfatizem a *organização* como um componente fundamental da PP (Gianotten e De With, 1985). Apesar da clareza com que estes componentes são explicitados empiricamente, restam muitas ambigüidades a nível das especificidades da PP quando confrontada com a pesquisa tradicional, sempre utilizada como referencial, mas sempre no intuito de apontar "o que não deve ser feito". Pretendemos, ao longo deste capítulo, apresentar, primeiramente, a PP na forma como ela tem sido concebida e praticada, em seguida expor os questionamentos que têm sido levantados pelos próprios adeptos do método e, finalmente, exibir certas inconsistências ou precariedades que devem ser discutidas, não dentro de uma perspectiva negativista mas, ao contrário, construtiva. Com Brandão (1984: 14) acreditamos na necessidade da "crítica científica e da crítica política das diferentes propostas de PP"; depois de tantos anos de prática no Brasil, muitas vezes envolta nas brumas da ilegalidade, na década de setenta o temor da subversão por parte daqueles no poder cercava a possibilidade de uma exposição da prática e de sua crítica aberta. Esta limitação explica em parte o número reduzido de textos publicados sobre as experiências de PP no Brasil. Por outro lado, não queremos nos restringir a eles, mas pretendemos abarcar em nossa discussão a literatura à qual tivemos acesso e que envolve, basicamente, os dois livros organizados por Carlos Rodrigues Brandão (1983 e 1985) através dos quais conhecemos a gama diferenciada de propostas de PP, assim como os questionamentos e indagações geradas na própria prática.

Algumas poucas definições foram captadas. Fals Borda (1983: 43) assim se refere à PP: "... uma pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo (Huynh, 1979) que responde

120. No caso, o escritório Franco-alemão para a Juventude — OFAJ.

especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios — as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas — levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior”.

Oliveira e Oliveira (1983:26) utilizam o termo metodologia de pesquisa-ação concebendo-a como “uma proposta político-pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma destes processos. Adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido”.

Demo (1985:126) reproduz uma definição de PP expressa por Grossi, por ocasião de um encontro em Montreal em 1977: “É um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos. Portanto, é uma atividade de pesquisa educacional e orientada para a ação. Em certa medida, a tentativa da PP foi vista como uma abordagem que poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração de conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo “acadêmico” e o “real”, entre intelectuais e trabalhadores, entre “ciência” e “vida”.

Os elementos enfatizados nas definições citadas que nos parecem mais relevantes são:

- a realização concomitante da investigação e da ação;
- a participação conjunta de pesquisadores e pesquisados;
- a proposta político-pedagógica a favor dos oprimidos (opção ideológica);
- o objetivo de mudança ou transformação social.

Enquanto os três primeiros elementos parecem consensuais em todas as propostas, o quarto tem levado a diferentes tipos de prática. Falar de mudança social e de transformação implica na especificação: a) do que está sendo transformado; b) em que direção. A ambiguidade do termo conduz à ambiguidade da ação. Assim é que certas experiências de PP se resumem à análise da realidade dos oprimidos pelos oprimidos, com a ajuda dos pesquisadores, à iden-

tificação de seus problemas e a sua solução.¹²¹ Este tipo de resultado pode produzir efeitos reformistas, conservadores ou até reacionários, pelo fato de deixar intactas as estruturas responsáveis pela própria condição de “oprimidos” dos pesquisados. São ações paliativas que, na verdade, levam à “permanência histórica” (Demo, 1985:121). Entretanto, devemos admitir quão difícil e, quiçá, até impossível, um trabalho de natureza transformadora junto a uma comunidade cuja “consciência possível” não atingiu o limite de suas potencialidades. Por outro lado, pode-se também conceber que a própria criação do saber é uma fonte de poder, o que, a longo prazo, poderia colaborar no projeto de transformação social (Demo, 1985:121). Retornaremos a este ponto oportunamente.

Gianotten e De With (1985:159) apresentam, para em seguida reformular, uma concepção usual de PP como “um processo de investigação, educação e ação onde há a participação da comunidade juntamente com um compromisso intelectual apontando para a transformação social”. Esta definição é incompleta porque trata apenas de certas condições necessárias, mas não suficientes para que se identifique uma PP como tal. Para estes autores, o componente que precisa ser incorporado é o elemento de organização político-econômico, instância mediadora, que promove a passagem do saber popular ao saber orgânico (científico). Vejamos a nova proposta de definição de PP de Gianotten e De With: “PP é aquela investigação em que existe um trabalho orgânico de assessoria para que a investigação se converta em uma investigação orgânica; em outras palavras, quando a participação se situa no processo orgânico de produção de conhecimento, no qual o conhecimento popular espontâneo transforma-se em conhecimento popular orgânico (conhecimento científico organizado)”.

Devemos proceder agora ao desmembramento das definições de PP para que suas especificidades sejam expostas com clareza. Aqui, também, encontramos na literatura alguns exemplos que merecem ser conhecidos:

Brandão (1985:223-224) enuncia os três princípios fundamentais da PP que, ao mesmo tempo que representam uma crítica à pesquisa tradicional, servem de justificativa para a própria PP, entendida como uma alternativa àquela: “Primeiro: a possibilidade

¹²¹ Exemplos desse tipo são o planejamento participativo (educação) descrito por Argandoña (1985), no interior do Ceará, e a PP desenvolvida por Gianotten e De With (1985), nos Andes peruanos, em um contexto de economia camponesa onde problemas comunitários ligados à sanidade animal foram resolvidos.

lógica e política de sujeitos e grupos populares (operários, suboperários, lavradores sem terra, posseiros, camponeses, imigrantes, homens e mulheres de lugares e trabalhos servis) serem os produtores diretos ou, pelo menos, os participantes associados do próprio saber orgânico de classe, um saber que nem por ser popular deixa de ser científico e crítico. Um saber que oriente a ação coletiva e que, justamente por refletir a prática do povo, seja plenamente crítico e científico, do seu ponto de vista. Segundo: o poder de determinação de uso e do destino político do saber produzido pela pesquisa, tenha ela tido ou não a participação de sujeitos populares em todas as suas etapas. Terceiro: o lugar e as formas de participação do conhecimento científico erudito e de seu agente profissional do saber, no 'trabalho com o povo' que gera a necessidade da pesquisa, e na própria pesquisa que gera a necessidade da sua participação". Destaca-se aqui: a) a relação sujeito/objeto de pesquisa; b) o uso do saber produzido; c) o papel do conhecimento erudito no trabalho popular, os três pilares sobre os quais se tecem as críticas ao método científico tradicional e, por oposição, se propõem alternativas, consubstanciadas nas diversas propostas.

Vejamos um outro exemplo de caracterização da PP elaborada por Gianotten e De With (1985:169) que tomaram por base as "proclamações" deste tipo de pesquisa feitas no decorrer dos anos:

- "1. a investigação não pode aceitar a distância tradicional entre sujeito e objeto de pesquisa, por isso deve-se buscar a participação ativa da comunidade em todo o processo da investigação;
2. a comunidade tem um acúmulo de experiências vividas e de conhecimentos; existe, portanto, um saber popular, que deve servir de base para qualquer atividade de investigação em benefício dela. É a comunidade que deve ser o sujeito da investigação sobre sua própria realidade;
3. a PP estabelece assim uma nova relação entre teoria e prática, entendida esta última como a ação para a transformação;
4. o processo de PP considera a si mesmo como parte de uma experiência educativa que serve para determinar as necessidades da comunidade e para aumentar a consciência;
5. a PP é um processo permanente de investigação e ação. A ação cria a necessidade de investigação. A PP nunca será isolada da ação, desde que não trate de conhecer por conhecer;

6. a participação não pode se efetivar sem um nível adequado de organização, ou seja, as ações devem ser organizadas".

Novamente os autores insistem que estas são condições necessárias mas não suficientes para especificar a PP, pois está ausente da caracterização a "instância mediadora" ou "organização" que garante a pesquisa-orgânica. Assim sendo, podemos incorporar uma sétima característica à PP:

"7. A PP necessita da presença de uma organização que gera a ação, uma vez que a ação em última instância é uma ação política'. É a organização que caracteriza o esforço da pesquisa como um trabalho de assessoria (trabalho do pesquisador profissional)".

Os autores, entretanto, não especificam a natureza da organização, o que cria certa ambigüidade. Referimo-nos ao fato da organização poder ser interna ao grupo, onde a instância decisória reside no grupo ou na comunidade, ou externa ao grupo, como no caso de certas agências (igreja) que desenvolvem práticas setoriais e cujo poder de decisão está fora do grupo. No segundo exemplo, o "profissional erudito" funciona apenas como um "agente de mediação" entre a agência e a comunidade, presa das contradições entre as diretrizes do trabalho que realiza e as necessidades das classes populares (Brandão, 1985:114, nota 1). Neste caso, a assessoria prestada pelo pesquisador profissional não se efetuará conforme proposto por Gianotten e De With.

Um terceiro exemplo de caracterização da PP se encontra em Le Boterf (1985:72-73)¹²² que discorre sobre os principais critérios que a distinguem:

— "A escolha dos problemas a serem estudados não se efetua a partir de um conjunto de hipóteses previamente estabelecidas pelos pesquisadores, mas tem sua origem nas situações sociais concretas que os pesquisadores que participam do processo de pesquisa querem estudar e resolver. A tarefa dos pesquisadores consiste em auxiliar os grupos interessados a formular e analisar os problemas que estes mesmos desejam estudar;

— existe entre a pesquisa e a ação uma interação permanente. A produção de conhecimento se realiza através da transformação da realidade social. A ação é a fonte do conhecimento e a pesquisa

¹²² De origem francesa, o autor muitas vezes utiliza o termo pesquisa-ação ao invés de pesquisa participante mais referida na América Latina. Consideramos os termos intercambiáveis para os fins da presente discussão.

constitui, ela própria, uma ação transformadora. A pesquisa-ação é uma prática, isto é, ela realiza a unidade dialética entre a teoria e a prática. Através da pesquisa, produzem-se conhecimentos que são úteis e relevantes para a prática social e política;

— a pesquisa-ação intervém em situações reais e não em situações de laboratório. Trata-se de um trabalho com grupos reais, com as limitações e recursos existentes, 'na sua real grandeza', e não nas condições artificiais em que se dá, por exemplo, a maioria das experiências de 'dinâmica de grupo' oriundas da corrente psicossociológica;

— a intervenção se dá numa escala relativamente restrita (uma 'coletividade rural', região, organização, ou um bairro etc.). Essa limitação voluntária da área de ação deve permitir um controle melhor do processo e uma avaliação mais rigorosa dos resultados obtidos. Esta característica é acompanhada, aliás, de hipótese (implícita ou explícita) e da possibilidade de generalização dos resultados e do processo a uma escala mais ampla;

— a PP se coloca a serviço dos grupos ou categorias sociais mais desprovidas e exploradas. Ela busca não somente desencadear ações suscetíveis de melhorar as suas condições de vida, mas também desenvolver a capacidade de análise e resolução dos problemas que enfrentam ou com os quais convivem cotidianamente. Torna-se, pois, importante que a PP ou a pesquisa ative esclareça 'para quem' se trabalha. O pesquisador não é neutro, pois se coloca a serviço dos mais oprimidos e 'desfavorecidos'. Esta 'tomada de posição', longe de ser fácil, necessita de um trabalho permanente de reflexão crítica do pesquisador sobre as implicações teóricas e metodológicas de sua intervenção e do processo de pesquisa-ação. Essa função que o pesquisador desempenha constitui determinado poder que não deve ser mascarado por uma ideologia de orientação neutra e não-diretiva;

— a pesquisa-ação consiste num processo educativo. Ao participar do próprio processo da pesquisa e da discussão permanente dos resultados obtidos, os pesquisados podem adquirir um conhecimento mais objetivo de sua situação, assim como analisar com maior precisão os seus problemas, descobrir recursos de que dispõem e formular ações pertinentes;

— os 'pesquisados' participam não apenas da discussão dos resultados da pesquisa, mas, sobretudo, do processo desta. A função da pesquisa-ação não é a de ser 'propriedade privada' dos especia-

listas. Ela deve ser compartilhada, sendo possível traçar aqui algumas analogias com a distribuição da função de intelectual desejada por Gramsci".

Do exposto percebe-se que a finalidade transformadora da PP está ausente desta proposta, isto é, seus objetivos são imediatistas, não visando uma mudança estrutural.

Finalmente, apresentaremos as características do processo da PP segundo Budd (1981, citado por Demo 1985:21):

- "a) o problema se origina na comunidade ou no próprio local de trabalho;
- b) a finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos. Os beneficiários são os trabalhadores ou o povo atingido;
- c) a PP envolve o povo no local de trabalho ou a comunidade no controle do processo inteiro da pesquisa;
- d) a ênfase da PP está no trabalho com uma larga camada de grupos explorados ou oprimidos: imigrantes, trabalhadores, populações indígenas, mulheres;
- e) é central para a PP o papel de reforço à conscientização do povo de suas próprias habilidades e recursos, e o apoio à mobilização e à organização;
- f) o termo 'pesquisador' pode referir-se tanto à comunidade ou às pessoas envolvidas no local de trabalho, como àqueles com treinamento especializado;
- g) embora aqueles com saber-treinamento especializado muitas vezes provenham de fora da situação, são participantes comprometidos e aprendizes num processo que conduz mais à militância que ao distanciamento".

Aqui o componente transformador da PP, ou seja, sua finalidade última em transformar as estruturas é acentuado, embora o autor reconheça também a melhoria de vida da população como uma das metas, sem que as condições concretas da categoria estudada ou da comunidade se alterem fundamentalmente. Pode-se entender que o fator antecedente da transformação seja o elemento educativo, o saber popular orgânico gerado no processo de investigação que, a longo prazo, poderá levar a transformações estruturais. Neste sentido, torna-se difícil e problemática a avaliação da "validade" ¹²³ da PP uma vez que seus efeitos só aparecem no tempo.

123. Aqui entendida como a compatibilidade entre os resultados obtidos e o real.

2.2 — Fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa participante

Entendemos que toda metodologia nas ciências sociais, no sentido *latu* do termo, tem por trás de si uma série de pressupostos de ordem teórica e metateórica, que dizem respeito à natureza da sociedade — aspecto propriamente sociológico —, às facilidades e dificuldades de obter o conhecimento desta sociedade — aspecto epistemológico — e às formas como este conhecimento deve ser adquirido — aspecto metodológico. Permeando todos eles estão os pressupostos ideológicos que, em última instância, fornecem ao pesquisador a “fé” necessária de que certas explicações sobre a realidade são mais verossímeis que outras. Assim sendo, a metodologia é, de certa forma, determinada pelas visões de mundo que o pesquisador tem em um dado momento¹²⁴ de sua vida profissional. Quanto mais dinâmica for a sociedade na qual ele está inserido, mais exposto estará às causas e efeitos das mutações e, consequentemente, por sua própria formação, um nível mais alto de reflexão e de crítica será exigido dele para que “compreenda” a realidade que se apresenta à sua frente. Entretanto, conhecer o real não é suficiente para o cientista social que convive e labuta em um contexto de desigualdades e injustiças como acontece na América Latina e em continentes subdesenvolvidos. É necessário que ele contribua para a minimização, ou mesmo eliminação destas desigualdades e injustiças sociais. Porque, enquanto sociólogo, ele é parte do meio — de uma classe, de uma religião, de uma etnia etc. Ele não pode se dar ao luxo de simplesmente *conhecer*, o que representa o primeiro passo de suas atribuições. Ele tem que *denunciar* — o segundo passo —, isto é, divulgar para a sociedade mais ampla os mecanismos da exploração e da desigualdade. Até aqui, acreditamos, certos cientistas sociais latino-americanos e outros têm desempenhado a contento suas tarefas de “fiscais” (no bom sentido do termo) da igualdade, da justiça, da democracia. O terceiro passo nas atribuições do cientista social, passo que muito poucos dão, tem a ver com o *agir*, com sua interferência deliberada no real, no intuito de apressar as transformações requeridas para a instalação de uma sociedade mais justa e mais digna.

Traçando o percurso do cientista social na sua prática profissional, desejamos expor nossa concepção sobre seu papel, fugindo

124. Referimo-nos a “um dado momento” porque acreditamos que, sendo parte do social, que é intrinsecamente dinâmico, o investigador está também sujeito a mudanças em seu modo de pensar e de agir, através do tempo.

da visão maniqueísta: aqueles que só “conhecem” são os maus enquanto aqueles que “agem” são os bons. Os três tipos existem e, de forma diferente, prestam seus serviços.¹²⁵ Acreditamos também na existência de uma gama de aptidões que, em maior ou menor grau, os cientistas sociais são possuidores. Existem qualidades inatas que a formação sistemática não tem condições de fornecer. Assim é que aqueles agraciados “com o dom” da comunicação e da eloquência se tornam excelentes professores enquanto outros, pacientes, curiosos, criativos e pertinazes buscam a investigação e a pesquisa como pilar mestre de sua profissão. Raros são aqueles que reúnem as qualidades e requerimentos do bom professor e do bom pesquisador. O bom treinamento pode fornecer as ferramentas, mas nunca suprirá a vocação inata.

A PP é uma metodologia de abordagem do real que se propõe a atingir aquele terceiro passo — o agir —, exibindo com certa clareza seus pressupostos que passaremos a discutir, tentando agrupá-los em categorias como: a) pressupostos sobre a sociedade¹²⁶, b) pressupostos epistemológicos; c) pressupostos metodológicos. Concomitante com a exposição das posturas adotadas pela PP incluiremos não só os questionamentos surgidos no interior desta prática, como nossas próprias reflexões sobre ela.

a) Pressupostos sobre a sociedade

A sociedade é constituída por elementos materiais e simbólicos que se entrelaçam e se consubstanciam em *realidade concreta*, segundo a *percepção* que deles tenha a população envolvida; ela é, pois, um misto de aspectos objetivos e subjetivos. Esta percepção, entretanto, não é homogênea, variando segundo a posição que os indivíduos e os grupos ocupam na estrutura social, ou seja, a partir de sua posição de classe. A divisão em classes sociais é consequência da apropriação das riquezas por poucos, através da exploração econômica, o que gera a pobreza e a miséria de muitos.

A condição de opressão a que estes muitos estão sujeitos pode ser modificada mediante lutas libertadoras que devem ser empreendidas pelas populações oprimidas, com a ajuda dos “intelectuais eruditos” que colocarão a serviço delas seu saber e competência.

125. Uma vez que entendemos que, por definição, o cientista social compartilha o ideal da igualdade, nos esquivamos de incluir nesta categoria aqueles que, em se dizendo cientistas sociais, prestam serviços aos grupos dominantes. Por outro lado, admitimos que “consequências não esperadas” possam favorecer o pólo negativo da igualdade.

126. Os pressupostos ideológicos estão incluídos neste item.

Além do poder econômico, existe o poder do "saber" que tem se tornado, através dos tempos, monopólio dos grupos dominantes. Isto não significa que os oprimidos não possam saber, eles o possuem, mas não têm consciência do valor que este saber representa. Com a ajuda dos intelectuais engajados, este saber tradicional pode se transformar em saber orgânico, instrumento da luta contra a dominação que deve obedecer à temporalidade dos oprimidos, ao ritmo de sua "consciência possível" e das condições objetivas de transformação.

Esta visão é mesclada de valores cristãos e marxistas sobre a dignidade do homem, a importância da vida e da ação comunitárias, a necessidade de "estar do lado dos humildes" e de lutar por sua valorização e libertação.

b) Pressupostos epistemológicos

A ciência é social, isto é, ela é um produto do intelecto humano que responde a necessidades concretas de determinado momento histórico, necessidades estas definidas pelos grupos no poder. Logo, ela é também histórica, situada. Seus métodos — regras e técnicas de produção de conhecimento — são avaliados por homens que formam a comunidade científica. Enquanto homens, os cientistas são possuidores de interesses, motivações, emoções e superstições; enquanto membros de determinada classe — a dominante, ou a serviço dela — os cientistas definem o campo "do científico" a partir dos interesses objetivos daquela classe. Consequentemente, nem a ciência é neutra, nem a forma de produzi-la — processo de geração de conhecimento. Não é neutra porque seus usos e frutos são apropriados por algumas classes e não por todas; as ciências sociais não são neutras porque se transformaram em instrumentos de controle social em benefício do *status quo*, ou seja, da manutenção das desigualdades sociais e da submissão dos grupos que questionam o consenso. A pretensa neutralidade política da ciência não pode servir de garantia de cientificidade. A falsa neutralidade da ciência se combina à falsa neutralidade de seu método, ou métodos, especialmente nas ciências sociais, que, ao postular sua possibilidade e desejabilidade, esquecem a condição de classe dos pesquisadores, fator de consolidação das situações de opressão e de desigualdade. Também por ser parte do social, o cientista social não pode ser objetivo, nem com relação à escolha de seu objeto

de pesquisa, nem com relação à forma de captação das informações. Elas são plenas de desvios ocasionados por sua ideologia, valores, interesses, enfim, por sua subjetividade. Da mesma forma, seus métodos, na maioria das vezes, negligenciam os aspectos subjetivos (da população estudada), que também são componentes do real, pois são eivados dos princípios positivistas que regem os métodos das ciências sociais. Um dos aspectos mais negativos deste método é a postulação de separação entre sujeito e objeto de pesquisa o que, ao invés de propiciar uma maior objetividade na captação do dado, contribui para seu conhecimento parcial ou mesmo seu desconhecimento. O envolvimento deliberado do investigador na situação da pesquisa é não só desejável, como essencial, por ser esta a forma adequada de produzir conhecimento. Por outro lado, esta postura não pode ser unilateral. Também a população pesquisada tem que se envolver na pesquisa, de forma que pesquisadores e pesquisados formem um só *corpus* na busca do conhecimento: o conhecimento só pode ser gerado na prática participativa que favorece a interação entre o saber popular e o saber erudito que se fundem no processo educativo mútuo e devem levar à ação transformadora da condição de dominados. Por esta razão este tipo de produção de conhecimentos se faz entre os dominados e oprimidos.

Na verdade, conforme demonstraremos a seguir, os questionamentos dos adeptos da PP dirigem-se, com maior ou menor intensidade dependendo do autor, a vários alvos: 1) ao princípio da neutralidade científica; 2) ao requisito de objetividade na pesquisa científica; 3) ao problema ético da utilização das classes baixas como "objeto" de estudo; 4) ao papel do pesquisador como fator de consolidação/transformação da sociedade. Como pressuposto básico norteador das críticas está a convicção no caráter político da atividade científica.

O princípio da neutralidade científica é combatido nos seguintes termos:

"Na verdade, esta ciência que se queria neutra, apolítica e descomprometida acabou sendo utilizada cada vez mais como uma ferramenta de engenharia social. Empregados por agências governamentais, os cientistas sociais contribuíram para a implantação gradual de toda uma série de instituições de controle social — desde a escola e o hospital até o asilo psiquiátrico e a prisão — cuja finalidade é modelar o comportamento de todos pelos padrões de normalidade definidos pelos donos do poder" (Oliveira e Oliveira, 1983:22-23).

"... não pode haver valores absolutos no conhecimento científico porque este irá variar conforme os interesses objetivos das classes envolvidas na formação e na acumulação de conhecimento, ou seja, na sua produção... Além do mais esta comunidade científica ocidental exerce uma nítida influência sobre a manutenção do status quo político e econômico que cerca o sistema industrial capitalista dominante. Sob essas condições, evidentemente, a produção de conhecimento nesse nível acha-se orientada para a preservação e fortalecimento do sistema" (Fals Borda, 1983:44).¹²⁷

Acreditando, assim, que a ciência se orienta para atender aos interesses das classes dominantes, estes autores passam a argumentar sobre a necessidade: a) de uma ciência identificada como uma "ciência" ou "cultura emergente" ou "subversiva" (Fals Borda, 1983:45), b) de uma "opção libertadora" (Freire, 1983:35) ou c) de uma nova metodologia: da "pesquisa-ação" (Oliveira e Oliveira, 1983:26).

Em que consiste cada uma dessas propostas? A cultura emergente ou "subversiva" representa o outro lado da medalha do conhecimento que favorece os interesses de classe. Seria a valorização da ciência popular que tanto contribui para o próprio desenvolvimento da ciência tradicional. Esta valorização e recuperação, entretanto, só podem ser efetuadas através de uma metodologia específica que propicie uma interação mais íntima entre pesquisador e pesquisados. "É preciso, pois, aproximar-se das bases da sociedade, não apenas com o objetivo de entender sua própria versão de sua ciência prática e expressão cultural, mas também para procurar formas de incorporá-las às necessidades coletivas mais gerais, sem ocasionar a perda de sua identidade e seu teor específico" (Fals Borda, 1983:47). A PP é, assim, o instrumento adequado para fazer a revolução do modelo de submissão da ciência às classes dominantes.

A PP tem, pois, várias pretensões: atender ao desejo originado da urgência "de se ter uma ciência do homem, crítica e integrada, que seja tanto modesta quanto realista" (p. 60); deslocar a pesquisa das universidades para o campo da realidade concreta e reduzir as diferenças entre sujeito e objeto de estudo. Assim fazendo, estariam preservados os valores essenciais do homem comum e contribuindo para a proteção de seus interesses.

127. "Orlando Fals Borda é reconhecido como o iniciador da 'linha sociológica' da pesquisa participante na América Latina" (Brandão, 1981:151, nota do organizador).

Vejamos agora como a perspectiva de Fals Borda com relação à PP se relaciona com os quatro questionamentos referidos no início desta discussão. Com respeito à *neutralidade científica* está evidente que o autor não a admite, postura, aliás, já quase generalizada dentro das ciências sociais. O requisito de objetividade, entretanto, é referido de forma ambígua. Algumas passagens indicam que o processo revolucionário do modelo de submissão de classe ao conhecimento burguês não prescinde da ciência tradicional, mas utiliza-a como arma para a própria revolução:

"Mas essa revolução não implica necessariamente o abandono de todo conhecimento que possibilitou a dominação burguesa, como se deu anteriormente com o feudal. Pelo contrário, pode-se antecipar que as descobertas tecnológicas realizadas pelos cientistas burgueses podem ser benéficas para as classes proletárias e ajudá-las a fortalecer o seu poder, uma vez alcançado através da ação política. Portanto, não é imperativo destruir o anterior para se empenhar numa reconstrução de acordo com novos planos científicos revolucionários" (p. 46).

Por outro lado, esta própria ciência é desvirtuada em seus resultados por não ser neutra, e esta falta de neutralidade leva-a à *falta de objetividade* com relação à eleição de prioridades de seus objetos de pesquisa e a uma conseqüente deturpação na compreensão da realidade. A atuação científica deve ser reordenada para tornar-se útil à sociedade como um todo e, para ter certeza disto, o cientista ativo deve se questionar: "Qual é o tipo de conhecimento que queremos e precisamos?" "A que se destina a conhecimento científico e quem dele se beneficia?" Ser cientista hoje significa estar comprometido com o presente e com o futuro. É aqui, a nosso ver, que se coloca com mais ênfase o papel político da ciência e o compromisso político do pesquisador.

O terceiro aspecto da crítica à pesquisa tradicional relaciona-se, conforme já referido, ao problema ético da utilização das classes baixas como "objeto" de estudo. Neste sentido a pesquisa tradicional é vista como um mecanismo de intermediação do controle exercido pelas classes dominantes sobre as dominadas. As investigações, de modo geral, têm como objeto de estudo os "marginais", os "oprimidos", os "contestatórios", que são analisados, quantificados e programados *de fora* pelo opressor ou por aqueles que o representam. São sempre aqueles que detêm o saber e o poder social que, com o auxílio dos instrumentos científicos, determinam

unilateralmente o que, como e quando deve ser pesquisado e que decidem sobre o destino a ser dado ou o uso a ser feito dos resultados da pesquisa. Os grupos "observados" não têm nenhum poder sobre uma pesquisa que é feita *sobre eles* e nunca *com eles* (Oliveira e Oliveira, 1983:18).

Como consequência destas práticas, o trabalho científico tem-se dividido em dois lados opostos: "o lado 'popular' dos que são pesquisados para serem conhecidos e dirigidos, *versus* o lado 'científico', 'técnico' ou 'profissional' de quem produz o conhecimento, determina os seus usos e dirige 'o povo' em seu próprio nome ou, com mais frequência, no nome de quem trabalha" (Brandão, 1983:10). A PP surgiu, pois, da angústia de alguns pesquisadores que iniciaram um processo de questionamento sobre a finalidade do conhecimento que produziam, sobre os usos deste conhecimento e sobre os benefícios deste conhecimento. Surgiu da necessidade sentida por eles de incorporar os "pesquisados" como sujeitos de um trabalho comum de geração de conhecimento, onde pesquisadores e pesquisados co-nhecem e agem em busca da transformação de estruturas sociais desigualitárias. Assim, o problema ético de "utilização" das classes baixas como objeto de estudo se agrega àquele propriamente epistemológico de separação entre sujeito e objeto de pesquisa, superação esta que obstaculiza a produção de conhecimento, já abordado anteriormente.

O quarto alvo das críticas à pesquisa tradicional se direciona para o papel do pesquisador como fator de consolidação das formas iníquas de organização societal, sob o argumento de que, ao conhecer o "conhecimento em si", como finalidade da ciência, o pesquisador tradicional se exime de interferir no ambiente da pesquisa numa tentativa de transformar aquelas estruturas. Ainda em nome do postulado da objetividade, que tem como imperativo o distanciamento entre sujeito e objeto para que os valores, ideologias e preconceitos do pesquisador não aportem desvios aos dados obtidos, o investigador não somente mascara sua interferência que é inevitável, como se acomoda a um tipo de conhecimento incompleto por não incorporar a população estudada como "investigadora de si própria", o que propiciaria dados mais "reais" e fidedignos.

Os pressupostos da PP concluem, pois: a) que a ciência social não é detentora de valores absolutos por ser produzida por homens situados historicamente, logo, seus postulados são tão dinâmicos quanto a própria realidade que ele estuda e explica; em consequên-

cia, b) que os cânones do método científico tradicional — neutralidade, objetividade, validade, confiabilidade, poder de generalização dos resultados, comprovação, refutação etc. — não são necessários nem suficientes para definir a cientificidade do método. Aqueles podem ser eliminados e outros introduzidos. Assim é que alguns adeptos da PP argumentam que a linha demarcatória entre ela e a pesquisa tradicional não está nem na capacidade de produzir mudanças (compromissos políticos) nem na capacidade de produzir conhecimento, mas na capacidade de solucionar problemas de grupos sociais dominados: "Segundo esse critério uma prática pode ser considerada não-científica, na medida em que não tenha capacidade para resolver alguma necessidade social específica" (Argumedo, 1985: 196, comentando Oquist); c) que a ação é a fonte de conhecimento: o conhecimento adquirido fora da ação não é reconhecido como conhecimento desde que ele se dá através da práxis que o gera, práxis aqui entendida como unidade dialética entre teoria e prática. Outros aspectos relacionados com a PP merecem um tratamento em separado. É o que faremos a seguir, ao discutir a concepção de participação e suas consequências em termos epistemológicos.

Participação

O conceito de participação dentro da perspectiva da PP não é unívoco no sentido de que pode ser concebido tanto com relação aos pesquisadores, quanto com relação à população pesquisada, ou envolvida no processo. Também é importante saber como ela é definida, qual sua finalidade, e em que consiste. Por outro lado, ela não pode ser definida de forma isolada, sem se levar em conta os três componentes constitutivos da própria PP, ou seja, o processo de *investigação*, de *educação* e de *ação*.

Primeiramente, a idéia de participação indica que a separação entre sujeito e objeto da pesquisa, propugnada pelos métodos da pesquisa tradicional, não é obedecida, já que a distância entre os dois é vista como prejudicial à própria geração de conhecimento por parte do pesquisador. A intervenção do pesquisador no meio é condição do conhecimento. A visão da população como "objeto de pesquisa" é rejeitada: a) por razões éticas (desrespeito para com os informantes); b) por razões epistemológicas e metodológicas (o conhecimento "real" sobre a população é produzido quando ela faz parte do processo de investigação); c) por razões ideológicas (as

populações oprimidas devem gerar seu próprio conhecimento sobre sua própria realidade com o fim de tomarem consciência sobre a situação de dominação na qual vivem e, de forma organizada, lutarem pela transformação das causas da opressão). Em suma as populações desfavorecidas devem "saber" para "poder". Assim sendo, a idéia de participação envolve a presença ativa dos pesquisadores e de certa população em um projeto comum de *investigação* que é ao mesmo tempo um *processo educativo*, produzido *dentro da ação*.¹²⁸

A participação é, pois, "uma ação reflexionada em um processo orgânico de mudança", cujos protagonistas são os pesquisadores e a população interessada na mudança. Em que consiste, pois, a participação? Da parte da população envolvida na PP ela se expressa em todo o processo. Na formulação dos objetivos de investigação, na definição dos temas e problemas a serem investigados, na coleta (parcial ou total) dos dados, na análise e interpretação das novas informações, na formulação de prioridades para a ação, na identificação de recursos internos e externos à comunidade, na programação das ações, na avaliação permanente das ações, na colocação de novas exigências de informação, formação e ação (De Schutter, 1981, in Gianotten e De With, 1985:170). Entretanto, esta participação ativa pode-se prestar a manipulações quando certas investigações se contentam em introduzir algumas pessoas da comunidade no processo de coleta de informações pensando cumprir as exigências de uma PP. Por outro lado, um projeto sério de PP não deve ter necessidade de "motivar o grupo a participar de algo que é útil para ele", nem pode exigir um compromisso de participação por parte da comunidade; isto seria a "própria negação da legitimidade de um projeto de PP" (Gianotten e De With, 1985:173-174). Este tipo de participação é típico de trabalhos de cunho assistencialista que desde há muito são desenvolvidos em comunidades carentes, e nada têm a ver com a PP. O processo aparentemente parcelar da participação de grupos ou comunidades se configura em uma totalidade que é representada no processo de conversão do "saber popular espontâneo" em um "saber popular orgânico" (conhecimento científico). É nesta perspectiva que a necessidade de motivar a população a participar perde consistência, pois é vista como algo exterior ao processo de aprendizagem. Entretanto, este processo de conhecimento só é possível¹²⁹ mediante a contrapartida

128. A idéia de ação também parece ambígua, pois pode ser entendida como ação/investigação ou como ação projetiva, ou seja, uma ação futura, planejada dentro da investigação.
129. Algumas correntes da PP admitem que o processo de auto-educação, em alguns casos, pode dispensar a presença dos pesquisadores eruditos.

de participação dos pesquisadores eruditos que, servindo de assessores¹³⁰ ou mediadores, têm "sensibilidade para ouvir e compreender o ponto de vista e as razões dos grupos de base", o que representa o primeiro passo na sua atividade de envolvimento e de ser "um ouvinte atento das decisões dos movimentos populares ou de necessidades comunitárias efetivas". O pesquisador deve colocar-se a serviço, não da comunidade, mas "da prática política na comunidade" (Brandão, 1985:141-251). Ele coloca suas ferramentas científicas a serviço desta prática, assumindo a dupla postura de observador crítico e de participante ativo. Ele representa a síntese entre o militante de base e o cientista social, entre o observador e o participante (Oliveira e Oliveira, 1983:28). Ele não é um pesquisador comum, pois dele são requeridas mais qualidades e mais competência. Dele é exigido "uma grande dedicação e simultâneo domínio das questões teóricas e práticas da investigação" (Thiollent, 1985:101); o respeito¹³¹ para com as populações imersas nos processos sociais que se deseja estudar (Bonilla et alii, 1985; Fals Borda, 1983); "maior rigor na tarefa do investigador militante que deverá constar de técnicas de estudo e ação que permitam apreender a complexa realidade em sua própria função, sem distorcê-la. Isto implica também a prática de uma verdadeira ciência social interdisciplinar na qual a sociologia, a história, a antropologia, a economia e a geografia se combinem na figura do investigador militante de forma simultânea" (Bonilla et alii, 1985:156); uma formação adequada para esta função que inclui elementos como "o método da pesquisa participante, a sociologia do conhecimento, a dinâmica de grupo, a tecnologia (utilizada no meio estudado), os métodos e técnicas de educação popular" além de "um bom conhecimento de uma experiência concreta no meio social, econômico e cultural a que pertencem os membros do grupo estudado" (Le Boterf, 1985:63). O complexo papel do investigador militante¹³² exige também que ele "se coloque no lugar do outro"¹³³ para melhor compreendê-lo (Le Boterf).

130. A caracterização do pesquisador como um assessor do grupo ou da comunidade é especialmente enfatizada por Brandão e Gianotten e De With, op. cit.

131. Respeito aqui expresso através da "devolução do conhecimento", aspecto controverso entre os adeptos da PP. Gianotten e De With se manifestam explicitamente contra esta postura que, a seu ver, é uma exigência de todos aqueles envolvidos na pesquisa, e não apenas dos pesquisadores eruditos. Por outro lado, estes autores argumentam que a devolução de conhecimentos é muitas vezes usada como justificativa da pesquisa e uma legitimação da opção ideológica da investigação (p. 172-173).

132. Vários termos são usados para se referir ao pesquisador: "agentes eruditos de mediação" (Brandão), investigador militante (Bonilla, et alii), orientador (Le Boterf), assessor (Gianotten e De With), pesquisador participante (Brandão e Fals Borda), pesquisador (Oliveira e Oliveira), técnico ou facilitador (Argumedo), investigador (Thiollent).

133. Aqui lembramos de G.H. Mead.

c) Aspectos metodológicos

A metodologia da PP, coerente com os pressupostos teóricos e epistemológicos que a informam, difere em vários sentidos da pesquisa convencional: a) o objeto da pesquisa deve ser definido pela população interessada, considerada "pesquisadora", mediante a assessoria de um ou vários investigadores profissionais de fora da área, comprometidos com a causa popular; b) os pesquisadores profissionais devem tomar conhecimento da realidade na qual vão trabalhar através de estudos prévios, dados secundários e entrevistas com as lideranças locais; c) a equipe de pesquisa é composta dos pesquisadores profissionais e da população interessada ou seus representantes; d) o planejamento da pesquisa é elaborado pela equipe mista; e) os objetivos da investigação são definidos pela população interessada a partir dos temas que são prioritários para ela; f) não existe uma fase de "trabalho de campo" como na pesquisa tradicional, mas uma geração de conhecimento dentro da ação da pesquisa onde pesquisadores profissionais e população interessada se beneficiam mutuamente da experiência uns dos outros; g) em alguns casos são usadas as técnicas de coleta de dados da pesquisa convencional, como o questionário, a observação participante e a entrevista; h) a análise dos dados é feita através de técnicas "dialogais" com a participação de todos; i) quando apenas alguns representantes da comunidade se incorporam à pesquisa, a equipe procede à "devolução" dos resultados através de reuniões amplas, onde se espera um efeito de *feedback* para validação dos dados e onde "técnicas simples" de comunicação são utilizadas; j) propostas de ação são definidas em função das necessidades da população; 1) "the last but not the least", a realidade pesquisada deve ser aquela dos grupos oprimidos.

Em termos operacionais, as PPs podem divergir, dependendo dos propósitos perseguidos e do momento conjuntural no qual a ação se desenvolve. As práticas da PP podem estar vinculadas a planificações do desenvolvimento local, a propósitos de desenvolvimentos alternativos de organização social e desenvolvimento educativo ou a trabalhos ligados à luta pela democratização das estruturas sociais ou alteração profunda na base da sociedade, a fim de superar as desigualdades sociais e econômicas. Nela se inscrevem, também, as experiências de formulação de um novo paradigma das ciências sociais e aquelas vinculadas diretamente às práticas político-partidárias, cujas estratégias refletem as variações das políticas de desen-

volvimento vigentes na América Latina e as mudanças nos aparelhos governamentais que podem limitar ou mesmo desarticular movimentos ou organizações que buscam espaços para modelos alternativos de trabalho social, político e econômico (Gajardo, 1985:45-47).

Alguns exemplos podem ilustrar o percurso metodológico de uma PP mediante a explicitação das etapas que devem ser seguidas em uma proposta vinculada a propósitos de desenvolvimento educativo como é o caso de Freire (1983:38-40). Três são as etapas. Na primeira, a equipe deve: informar-se sobre a existência de estudos na zona escolhida, não importando o método utilizado por eles; delimitar a área da pesquisa; fazer visitas exploratórias, anotando tudo que lhe chamar atenção, ao mesmo tempo que deve identificar os organismos privados (incluindo aqueles populares, como clubes de futebol) e oficiais existentes; fazer posteriormente visitas às lideranças dos organismos antes referidos; explicar a pesquisa, de como se tem nela o ponto de partida do programa de educação de adultos e seu método participante e crítico; sugerir às lideranças a necessidade de reuniões mais amplas, onde a interpretação dos objetivos da organização que desenvolve a pesquisa e seu método de trabalho possa ser feita, em parte, por representantes populares; sugerir a constituição de grupos de 20 a 30 pessoas que se reuniriam uma a duas vezes por semana, a fim de discutir livremente sobre os problemas fundamentais da população; juntar ao grupo representantes da equipe pesquisadora, cuja "voz", porém, jamais poderia ser "superior" à voz dos grupos populares; gravar os debates; eleger um coordenador ou relator de grupo que fará a síntese na reunião final com todos os grupos; elaborar um documento final por pesquisadores e pesquisados que será de fundamental importância para a organização do conteúdo programático do *projeto de educação de adultos*.

A segunda etapa da PP se refere ao estudo crítico do discurso popular (sintaxe, semântica, metáforas, níveis de percepção de realidade) com a participação de outros especialistas, como os lingüistas, assim como dos relatores de grupo. A terceira e última etapa será a organização de um pré-programa de educação de adultos a ser elaborado a partir da análise da realidade feita pelos grupos populares numa das primeiras fases da pesquisa, e dos estudos do discurso popular, com a participação necessária dos representantes dos grupos populares. Novos encontros serão feitos com os antigos grupos, onde o pré-programa será discutido, cujas unidades e sub-unidades passarão a constituir-se em objetos de conhecimento a ser

desvendados na posterior prática educativa. Esta, por sua vez, se alongará mais adiante em nova pesquisa, na continuidade dinâmica entre pesquisa e educação, que exige uma flexibilidade dos programas que vão se fazendo e refazendo, em lugar de serem estáticos e imóveis. Segundo Freire, isto significa "inventar métodos com os quais se possa trabalhar, de maneira que as pessoas não sejam meros objetos" (p. 41).

Outro exemplo de coordenadas metodológicas encontramos em Bonilla et alii (1985:143-147) e representa um modelo de pesquisa alternativa àquele modelo tradicional das ciências sociais. São duas suas principais etapas, o conhecimento *de fora* e o conhecimento *de dentro*. O primeiro é chamado de "modo de aproximação" e o segundo, de "conhecimento através da ação". O "modo de aproximação" inclui: a) conhecimento da área através de dados secundários; b) a inspeção ou reconhecimento da área (visitas aos centros de trabalho, consultas a instituições, conversa com profissionais, visitas a sindicatos e cooperativas, entrevistas com sacerdotes); c) a identificação das classes, grupos sociais ou pessoas da região que sejam simpáticos à proposta e que possam vir a ser seus aliados; d) averiguar a existência de grupos políticos e suas formas de pressão e controle sobre os grupos organizados e suas realizações; e) a tentativa de uma análise primária e provisória das classes e da história e natureza de seus conflitos, com base no modelo de produção predominante, e as relações de produção e troca existentes; f) a identificação do tipo e natureza das lutas registradas na região ou promovidos no passado; g) a análise dos planos de desenvolvimento socioeconômico; h) um inventário das formas de controle social diretas ou indiretas pelo sistema vigente; i) um estudo das características culturais e étnicas da região, identificando os elementos que parecem ter desempenhado um papel relevante nas lutas sociais e reivindicativas. Estes passos resumem a primeira fase de conhecimento por parte do investigador, que é provisória, não definitiva, nem completa. O passo mais importante é o conhecimento *de dentro*, mediante contatos e relações políticas que expressam seu compromisso com a causa dos grupos sociais identificados como "chaves". O "conhecimento através da ação" exige que o investigador militante tenha por objetivo a colocação de suas técnicas e conhecimentos a serviço de uma causa, que é, por definição, uma transformação fundamental da sociedade maior da qual o grupo ou comunidade fazem parte. Este compromisso implica metodologicamente no seguinte itinerário: a) a análise da estrutura de classes

da região; b) a captação dos temas e enfoques prioritários, através dos grupos-chave, de acordo com seu nível de consciência ou de ação; c) a busca das raízes históricas das contradições que dinamizam a luta de classes na região; d) a *devolução*¹³⁴ (grifo nosso) a esses setores ou grupos-chave, dos resultados da investigação, com vistas a atingirem maior clareza e eficácia em sua ação.

Estes procedimentos, segundo os autores, têm várias implicações práticas: a) os trabalhos são concebidos *com* os setores de base; b) a produção das técnicas de pesquisa é feita *para* os setores populares, juntamente *com* eles; c) são requeridas formas adequadas de *comunicação* dos resultados, estabelecendo-se um novo "idioma" muito mais claro e honesto do que o costumeiramente usado por cientistas tradicionais; d) os conceitos e hipóteses encontram sua confirmação ou rejeição através do contato direto e indireto com a realidade e pela utilidade que demonstram ter nas mãos de setores e grupos-chave, considerados estratégicos para a transformação fundamental da sociedade. As decisões sobre investigação e ação não podem ser tomadas unilateralmente, de cima para baixo, mas sim em conjunto com os setores-chave efetivos ou potenciais. O método de estudo-ação leva, geralmente, ao que os autores chamam de "incitativação", ou seja, "quando o pesquisador militante, inserido em uma região ou comunidade, consegue determinar pontos de partida reais (níveis de consciência) para reivindicações que podem levar os esforços sucessivos da luta pela justiça (lutas cívicas, salariais, pela posse da terra, por serviços públicos, escolas, postos de saúde etc.) até chegar a conflitos de classe orientados para mudanças mais fundamentais e estratégicas" (p. 147). Uma modalidade da técnica de "incitativação" é a "recuperação crítica", ou seja, a utilização, por parte dos pesquisadores dos elementos da cultura tradicional ou de instituições que, no passado, foram úteis para enfrentar os inimigos das classes exploradas, reativando-os nas lutas de classe do presente, dentro do princípio de utilização realista dos recursos disponíveis e de respeito ao nível de consciência política das populações.

A análise dos modelos metodológicos exemplificados indica que várias são as técnicas da pesquisa convencional que são utilizadas na PP. Assim é que ambos distinguem uma fase de conhecimento da área, momento que antecede o entrosamento dos pesquisadores

134. Segundo os autores a "devolução" do conhecimento à população tem não somente um sentido ético como serve de instrumento de validação dos resultados obtidos, momento em que o próprio investigador é objeto de investigação (sua ideologia, conhecimentos e prática).

com a população pesquisada (ou "interessada") onde aquelas lançam mão de estudos existentes, de dados secundários de várias espécies no sentido de se assegnorearem da realidade que se lhes apresenta. Lançam mão, outrossim, das técnicas da observação participante e da entrevista na coleta de dados primários.

A questão que se coloca é a seguinte: se os métodos da pesquisa convencional não são capazes de captar o real, por que seus resultados "não confiáveis" são utilizados na PP? Se a ciência e seus métodos são criticados, existe uma incoerência em admitir que o pesquisador, formado nos moldes da ciência tradicional, possa sequer conhecimentos científicos; se assim é, como poderia ele, pesquisador, colocar suas "ferramentas" a serviço das populações oprimidas?

XII

Conclusões

A PP e a PA não podem ser avaliadas apenas através de sua obediência ou não aos parâmetros da pesquisa convencional. Se assim fizéssemos, estaríamos desvirtuando-as por concebê-las como uma coisa que não são. Se a PP ou a PA representassem apenas um processo de pesquisa, ou um processo de geração de conhecimento, obviamente que a elas seriam imputados desvios sérios, como a contaminação deliberada do fenômeno a ser estudado por parte do sujeito do conhecimento — o pesquisador —, acrescidos dos desvios típicos da pesquisa tradicional. A PP e a PA devem ser avaliadas em função do que elas pretendem ser: a) um processo concomitante de geração de conhecimento por parte do pólo pesquisador e do pólo pesquisado; b) um processo educativo, que busca a intertransmissão e "compartilhação" dos conhecimentos já existentes em cada pólo; c) um processo de mudança, seja aquela que ocorre durante a pesquisa, que preferimos chamar de mudança imediata, seja aquela projetiva, que extrapola o âmbito e a temporalidade da pesquisa, na busca de transformações estruturais — práticas — que favoreçam as populações ou os grupos oprimidos. Neste sentido, o aspecto mais chocante aos olhos do pesquisador tradicional, a interferência deliberada do sujeito junto ao objeto da pesquisa — a quebra de objetividade — se justifica, porque não é a captação do real em determinado momento que interessa e que representa o objetivo da PP e da PA, mas um conhecimento *em processo* que se estabelece. Isto não significa que toda geração de conhecimento deva necessa-